

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 48064.000514/2021-80

2. Descrição da necessidade

2.1 Considerando o disposto no art. 2º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, que cria a Agência Nacional de Mineração, compete à ANM observar e implementar as orientações e diretrizes fixadas no Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), em legislação correlata e nas políticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), tendo como finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no Brasil.

2.2 Conforme Plano Estratégico 2020-2023 (Revisão) da Agência Nacional de Mineração, a missão da ANM é “promover o acesso e uso racional dos recursos minerais, gerando riquezas e bem-estar para a sociedade”, possuindo como objetivos estratégicos: gerir recursos com eficiência e transparência; aprimorar a regulação tendo como foco a sustentabilidade, desburocratização e ampliação da liberdade econômica; atuar de forma transparente e participativa com diversos públicos; promover a celeridade, a acessibilidade e a ampliação dos canais de comunicação interna e externa; assegurar a produtividade, a simplificação e integração dos processos organizacionais; desenvolver pessoas e o ambiente, aprimorando os talentos e o desempenho institucional; garantir a atualização tecnológica contribuindo para gestão eficiente; fomentar uma cultura colaborativa; organizar e disponibilizar informações de interesse dos diversos públicos de forma clara e transparente. Os macroprocessos primários são Fiscalização, Outorga e Regulação, suportados pelos macroprocessos de suporte Pessoas, Tecnologia da Informação e Comunicação e Administração.

2.3 Para que essa missão institucional seja alcançada, a ANM dispõe das carreiras e do Plano Especial de Cargos de que tratam a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, sendo o cargo o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor (Lei nº 8.112/1990, art. 3º), estando essas atribuições e responsabilidades, no caso concreto da ANM, previstas na própria Lei nº 13.575 /2017.

Art. 1º Ficam criadas, para exercício no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, as carreiras de:

I - Especialista em Recursos Minerais, composta por cargos de Especialista em Recursos Minerais, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades inerentes ao fomento e fiscalização da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, à fiscalização e proteção dos depósitos fossilíferos, ao acompanhamento e análise das pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, à outorga dos títulos minerários, ao acompanhamento do desempenho da economia mineral brasileira e internacional, à implementação da política mineral, ao estímulo do uso racional e eficiente dos recursos minerais, à fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, à promoção e ao fomento do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, direcionadas ao conhecimento, ao uso sustentado, à conservação e à gestão de recursos minerais;

II - Analista Administrativo, composta por cargos de Analista Administrativo, de nível superior, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das competências a cargo do DNPM, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades;

III - Técnico em Atividades de Mineração, composta por cargos de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades desenvolvidas pelos Especialistas em Recursos Minerais e ao exercício das competências a cargo do DNPM; e

IV - Técnico Administrativo, composta por cargos de Técnico Administrativo, de nível intermediário, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências a cargo do DNPM, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

(...)

Art. 3º Fica criado, a partir de 1º de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1º de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004.

(...)

Art. 4º Os cargos de nível superior e intermediário do Quadro de Pessoal do DNPM referidos no art. 3º desta Lei que estejam vagos na data da sua publicação e os que vierem a vagar serão transformados em cargos da carreira de Especialista em Recursos Minerais, de nível superior, e da carreira de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, do Quadro de Pessoal do DNPM. (Redação dada pela Lei nº 11.233, de 2005)

Parágrafo único. Serão extintos os cargos de nível auxiliar do Quadro de Pessoal do DNPM referidos no art. 3º desta Lei que estiverem vagos na data da publicação desta Lei ou vierem a vagar. (BRASIL, 2004)

2.4 Ainda, as atividades que integram a cadeia de valor da ANM não ficam adstritas somente às atribuições e responsabilidade da Lei nº 13.575/2017 e às competências atribuídas aos cargos dos quadros efetivo e específico. A cadeia de valor da ANM também conta com diversas atividades materialmente auxiliares, instrumentais ou acessórias, como os serviços de recepção, secretariado, limpeza, conservação e asseio e de motoristas.

2.5 O serviço de motorista, com vistas à execução das atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares às atribuições regimentais desta Gerência Regional da ANM/RJ, está compreendido nos pressupostos que norteiam a contratação de mão de obra indireta pela Administração Pública, pois é de natureza continuada, cuja interrupção comprometeria a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, e de caráter auxiliar.

2.6 O cargo de motorista foi extinto do quadro funcional da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional pela Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências:

Art.1º Os cargos vagos integrantes da estrutura dos órgãos e entidades relacionados no Anexo I desta Medida Provisória ficam extintos, e os cargos ocupados, constantes do Anexo II, passam a integrar Quadro em Extinção.

Parágrafo único. Os cargos ocupados serão extintos quando ocorrer a sua vacância, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurando-se a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos, inclusive promoção.

Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às atividades de Motorista e Motorista Oficial. (BRASIL, 1998)

2.7 A Lei nº 11.046/2004, que dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral, utilizada para criação do Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Mineração, conforme art. 24 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, não prevê a execução de atividade correlata às decorrentes desta contratação e cargos de nível auxiliar do Quadro de Pessoal do DNPM, como motorista, foram extintos, conforme parágrafo único do art. 4º e, por se tratar de cargo extinto, não é permitida a reposição por meio de concurso público.

Art. 4º Os cargos de nível superior e intermediário do Quadro de Pessoal do DNPM referidos no art. 3º desta Lei que estejam vagos na data da sua publicação e os que vierem a vagar serão transformados em cargos da carreira de Especialista em Recursos Minerais, de nível superior, e da carreira de Técnico em Atividades de Mineração, de nível intermediário, do Quadro de Pessoal do DNPM. (Redação dada pela Lei nº 11.233, de 2005)

Parágrafo único. Serão extintos os cargos de nível auxiliar do Quadro de Pessoal do DNPM referidos no art. 3º desta Lei que estiverem vagos na data da publicação desta Lei ou vierem a vagar. (BRASIL, 2004)

2.8 No que tange à forma de execução do serviço, o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, prevê no § 1º do seu art. 3º que os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios às funções precípuas da Administração poderão ser executados de forma indireta, estando vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Art. 2º Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação.

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado. (Grifo nosso)

2.9 A Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que regulamentou o Decreto nº 9.507/2018, estabeleceu em seu art. 1º:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XXVIII – transportes; (Grifo nosso)

2.10 Portanto, a contratação do serviço de motorista tem amparo no art. 1º da Portaria MPDG nº 443/2018 e no § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, não se encontrando dentro das vedações elencadas no art. 3º do referido decreto.

2.11 A presente contratação tem por finalidade garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado) da Gerência Regional da ANM/RJ de forma contínua, eficiente e confiável, bem como obter a conciliação entre menores custos possíveis e o atendimento adequado às necessidades da Administração.

2.12 Existe a necessidade de condução de servidores, diretores e colaboradores autorizados pela Administração, assim como o transporte de documentos, mobiliários, materiais diversos, no atendimento às atribuições de fiscalização nos municípios do Estado do Rio de Janeiro e demais ações relacionadas à Gerência Regional da ANM/RJ;

2.13 A Gerência Regional da ANM/RJ não dispõe em seu quadro de pessoal de servidores para realizar o tipo de serviço objeto da contratação e o cargo de motorista já foi extinto tanto do quadro funcional da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, conforme exposto no item 2.5, quanto no quadro de pessoal do DNPM, conforme exposto no item 2.6, não havendo servidor ativo com cargo de motorista oficial na Gerência Regional da ANM/RJ.

2.14 A falta de pessoal com perfil profissional adequado para realizar esse tipo de serviço tenderá a contribuir para o aumento de vários tipos de riscos, comprometendo inclusive os resultados esperados de produtividade e satisfação, e, por consequência, influenciando negativamente na missão institucional da Gerência Regional da ANM/RJ.

2.15 A contratação permitirá à Gerência Regional da ANM/RJ atuar dinamicamente, na medida em que possibilitará que os seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, sem terem que se ocupar com elementos de cunho operacional e auxiliar, nem tampouco com a realização de tarefas secundárias, periféricas àqueles que lhes são essenciais para a condução da atividade fim do Órgão.

2.16 Espera-se que o serviço de motorista auxilie na missão institucional da Agência Nacional de Mineração de promover o acesso e uso racional dos recursos minerais, gerando riquezas e bem-estar para a sociedade,

conduzindo, em segurança, os servidores da área finalística aos locais das ações de fiscalização e pesquisa mineral, possibilitando a consecução dos objetivos institucionais de gerir recursos com eficiência e transparência, e aprimorar a regulação tendo como foco a sustentabilidade, desburocratização e a ampliação da liberdade econômica.

2.17 Desta forma, propõe-se a execução indireta, mediante contrato, da realização de atividade material operacional, instrumental, acessória e complementar aos assuntos que constituem a área de competência legal da Gerência Regional da ANM/RJ pela iniciativa privada, atividade necessária ao bom funcionamento da Gerência Regional da ANM/RJ e não inerente às atribuições de cargos de seu quadro de servidores presentes na Lei nº 11.046/2004.

2.18 Nesse sentido, a contratação aqui pretendida está devidamente amparada e prevista na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018 e na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações posteriores.

2.19 O contrato de serviço de motorista na Gerência Regional da ANM/RJ se encontra encerrado. A última prestação de serviço de motorista foi realizada pela empresa **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 00.482.840/0001-38, através do Contrato nº 01/2016 (Processo nº 48409.990315/2016-41), iniciado em 12 de dezembro de 2016 e findado em 12 de dezembro de 2021, conforme última prorrogação de vigência contratual realizada através do Termo Aditivo nº 01/2020 (SEI 2085203).

2.20 A utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional é regida pelo Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 (SEI 3388029). Os veículos oficiais pertencentes à Gerência Regional da ANM/RJ são utilizados para prestar serviços relacionados à fiscalização, sendo, portanto, classificados como veículos de serviços especiais (inc. V, art. 5º, Decreto nº 9.287/2018).

2.21 O TaxiGovRJ é um serviço compartilhado de transporte de passageiros, demandado através de um aplicativo de celular. O contrato nº 05/2021, celebrado entre a Sede da Agência Nacional de Mineração e a empresa VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA. (SEI 3387828) tem como objeto a "contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal – APF, por demanda e no âmbito do Distrito Federal – DF", não sendo, portanto, aplicável a sua utilização no Estado do Rio de Janeiro. A Gerência Regional da ANM/RJ não aderiu à Ata de Registro de Preços ME nº 04/2019 - TáxiGov / Rio de Janeiro, assinada em 30/07/2019 (3387844) e, portanto, não possui contrato ativo para a utilização do TáxiGov no âmbito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

2.22 Ainda que houvesse contrato ativo para a utilização do aplicativo TáxiGov no Rio de Janeiro, ele não atende à demanda da fiscalização da ANM, que possui entre suas atribuições a fiscalização dos empreendimentos minerários, vários em municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, fora da região metropolitana, e com necessidade de pernoite, não abrangidos pela Ata de Registro de Preços ME nº 04/2019. Além disso, é comum que haja a necessidade de utilização de veículos com tração para permitir o acesso à área a ser fiscalizada durante a fiscalização dos empreendimentos minerários, ainda que realizada dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que justifica a necessidade da presente contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência Regional da ANM/RJ	Rodrigo Stutz Salgueiro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O caráter contínuo do serviço é determinado por sua essencialidade para o bom desenvolvimento das atividades da Gerência Regional da ANM/RJ, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional, aumentando os riscos de que os índices de satisfação dos cidadãos usuários sejam diminuídos, com consequentes prejuízos para a sociedade.

4.2 Quanto à execução das atividades, deverão ser observados os seguintes requisitos:

Quadro 1 - Serviço de Motorista - Cargo Motorista

CATEGORIA PROFISSIONAL	CATSER	CBO	JORNADA DE TRABALHO
Motorista	15008	7823-05	44 horas semanais
Descrição sumária das atribuições	Dirigir e manobrar veículos oficiais pertencentes à frota da Gerência Regional da ANM/RJ em estradas pavimentadas e não pavimentadas; conduzir pessoas e transportar objetos, documentos e pequenas cargas; realizar verificações e manutenções básicas do veículo; utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como software de navegação e outros; além de executar as demais atividades atinentes à categoria, observando a aplicação de procedimentos normativos e legais de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente		
Formação e experiência	Ensino médio completo, ou curso técnico equivalente, devidamente registrado ou declaração de conclusão, expedida por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Portar carteira nacional de habilitação – CNH no mínimo categoria “B” – EAR (Exerce Atividade Remunerada). Experiência em dirigir em estrada. Conhecimento em caminhonete com uso de tração, direção defensiva e primeiros socorros. Disponibilidade para viajar.		
Atividades	<p>Conduzir os veículos motorizados, de propriedade da Gerência Regional da ANM/RJ, utilizados no transporte oficial.</p> <p>Conhecer a dinâmica do posto que ocupa, bem como a perfeita utilização dos equipamentos colocados a sua disposição para o serviço.</p> <p>Zelar pela preservação do veículo da Gerência Regional da ANM/RJ sob sua responsabilidade em perfeito estado de limpeza, organização e conservação e satisfatórias condições de funcionamento, checando indicações dos instrumentos do painel, detectando problemas mecânicos e avarias no veículo, comunicando ao Fiscal e ao Gestor do Contrato qualquer fato superveniente para adoção de providências de manutenção.</p> <p>Realizar verificações e manutenções básicas adotando as providências necessárias ao bom funcionamento das partes mecânica e elétrica do veículo ao início de cada jornada de trabalho, como, por exemplo, mas não exaustivamente: verificar nível do combustível; abastecer veículo; limpar parte interna e externa do veículo; verificar estado dos pneus e realizar eventual troca; testar sistema elétrico; verificar nível do líquido de arrefecimento do reservatório; testar sistema de freios; conferir equipamentos obrigatórios do veículo, como estepe, macaco, chave de roda, triângulo, extintor de incêndio (verificando a validade do mesmo, retrovisores e quebra-sol); verificar nível de óleo; testar o funcionamento de todos os componentes do sistema (buzina, setas, pisca alerta, lanternas, farol alto e baixo, luzes de ré, do painel e interna), dos cintos de segurança e calibragem dos pneus.</p> <p>Zelar pela segurança dos passageiros e pedestres, como, por exemplo, mas não exaustivamente: verificar o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança, exigindo que os passageiros também usem o cinto e observando as demais normas de segurança inerentes à função; destravar portas do veículo apenas em local seguro; observar a sinalização, a velocidade e o fluxo de trânsito, bem como todas as regras de trânsito; dirigir com cautela e moderação, atendendo aos preceitos das orientações de direção defensiva; evitar arrancadas e paradas bruscas; buscar local seguro em caso de perigo; alterar itinerário em caso de situações de risco ou emergência; isolar veículo em caso de emergência ou situações anormais.</p> <p>Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais.</p>		

	<p>Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nos veículos da CONTRATANTE, providenciando, de imediato, a remessa desses bens ao Chefe do Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro, com o devido registro.</p> <p>Ocorrendo desaparecimento de material do posto, comunicar o fato imediatamente à Chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.</p> <p>Quando do abastecimento, efetuar anotações de quilometragem, quantidade de litros, data, localidade, bem como elaborar prestação de contas na forma requisitada pelo Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Ao final da jornada de trabalho, recolher o veículo devidamente abastecido, conduzindo-o à garagem ou ao local determinado pelo responsável indicado pelo Contratante, fazendo o fechamento do Boletim Diário de Transporte.</p> <p>Cumprir fielmente todas as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, da legislação complementar e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), ficando sob sua exclusiva responsabilidade as penalidades e medidas administrativas decorrentes da inobservância de qualquer desses preceitos, quando forem esses deveres e responsabilidade do condutor.</p> <p>Auxiliar o carregamento e descarregamento do veículo, quando solicitado.</p> <p>Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução de serviços com os equipamentos de comunicação e software de navegação.</p> <p>Auxiliar na aplicação dos procedimentos de primeiros socorros.</p> <p>Solicitar socorro mecânico.</p> <p>Outras, compatíveis com as atividades da categoria.</p>
Competências Pessoais	<p>Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo</p> <p>Trabalhar em equipe</p> <p>Demonstrar criatividade</p> <p>Demonstrar cortesia</p> <p>Demonstrar capacidade visual espacial</p> <p>Tratar passageiros com polidez</p> <p>Dirigir defensivamente</p> <p>Demonstrar capacidade de tomar decisões rapidamente</p> <p>Demonstrar capacidade de equilíbrio emocional</p> <p>Demonstrar capacidade de análise</p> <p>Trabalhar sob pressão</p> <p>Demonstrar capacidade de autocontrole</p>

4.3 Além disso, outros requisitos a devem ser observados pelo(a) motorista:

4.3.1 Apresentar-se devidamente identificado (a) e uniformizado(a), com higiene e aparência pessoal adequadas;

4.3.2 Portar sempre os documentos dos veículos em uso e autorização de saída quando em serviço externo;

4.3.3 Portar documentação pessoal e profissional própria, para apresentação sempre que exigido;

4.3.4 Observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas da Autarquia;

4.3.5 Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do serviço;

4.3.6 Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado durante a jornada de trabalho, à disposição da Gerência Regional da ANM/RJ, ausentando-se apenas quando substituído(a) ou quando autorizado pela chefia;

4.3.7 Manter-se alerta, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando desse local, em hipótese alguma, salvo em situações de absoluta necessidade, emergência ou perigo;

4.3.8 Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;

4.3.9 Levar ao conhecimento do preposto ou Gestor do contrato, imediatamente, qualquer informação considerada importante ou qualquer irregularidade verificada.

4.3.10 Informar à pessoa competente toda e qualquer tipo de atividade suspeita ou que contraria as normas da Agência Nacional de Mineração.

4.3.11 Nunca fornecer informações a respeito de servidores ou colaboradores a terceiros, principalmente pessoas não identificadas;

4.3.12 Não abordar autoridades, ou servidores, para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto membros da Gestão de Contrato;

4.3.13 Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;

4.3.13 Fica vedado aos motoristas fazerem-se acompanhar por terceiros nos veículos oficiais, sem expressa autorização do Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro.

4.3.14 Abster-se de execução de quaisquer outras atividades no horário de trabalho e/ou durante a condução do veículo em serviço para os quais foi incumbido pelo Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro;

4.3.15 Não utilizar o veículo para fins particulares ou guardar os veículos oficiais em garagem residencial.

4.3.16 Não se apresentar ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de quaisquer substâncias entorpecentes e/ou alucinógenas ou qualquer outra que possa comprometer sua perícia na condução do veículo ou execução dos serviços.

4.3.17 Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas, empresas ou à Administração Pública.

4.3.18 Responsabilizar-se pelo uso adequado do cartão de abastecimento, encaminhando imediatamente após o abastecimento o cupom ou nota fiscal e o comprovante de pagamento do cartão ao Núcleo de Apoio Logístico no Estado do Rio de Janeiro.

4.4 A prestação do serviço será realizada em conformidade com as cláusulas, condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes conforme instrumento contratual.

4.5 O serviço será prestado nas dependências da Gerência Regional da ANM/RJ, localizada na Avenida Nilo Peçanha, nº 50 - salas 609 a 613 e 709 a 713 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, no desempenho das atividades de locomoção externa de seus servidores, funcionários e colaboradores.

4.6 O serviço de motorista será executado de segunda-feira a sexta-feira, em jornada de trabalho de 8 (oito) horas e 48 (quarenta e oito) minutos de efetivo serviço, com carga horária de 44 horas semanais, inclusive nos deslocamentos com pernoites previsto nos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

4.7 O serviço deverá ser prestado de forma contínua e indireta, através de empresa habilitada em conformidade com as normas que regulam o setor.

4.8 Os postos de serviços não poderão ficar descobertos, e nas hipóteses de faltas dos funcionários, a empresa contratada deverá, no início da jornada do profissional, providenciar a disponibilização de um substituto, cujas qualificações sejam iguais às aquelas definidas para o serviço contratado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato.

4.9 Compete ainda à Contratada:

4.9.1 Selecionar motoristas que tenham certificação de conclusão de cursos de primeiros socorros e de direção defensiva;

4.9.2 Manter disponibilidade de efetivo para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições /reposições, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida na prestação de serviço para a Contratante;

4.9.3 Garantir que os motoristas disponibilizados para a Contratante permaneçam à sua disposição, durante os horários estabelecidos para a prestação do serviço em regime de dedicação exclusiva;

4.9.4 Acatar as exigências da fiscalização da Contratante quanto à execução do serviço, horários, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas quanto à execução do serviço contratado;

4.9.5 Garantir o cumprimento da jornada de trabalho estabelecida pela Contratante, em conformidade com as leis trabalhistas aplicáveis;

4.9.6 Orientar seus empregados para que se comportem sempre de forma cordial e se apresentem dentro dos padrões de higiene compatíveis com os padrões de boa apresentação;

4.9.7 Observar as disposições da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que regulamentam o exercício da profissão de motorista e, em especial, assegurar aos motoristas alocados na prestação de serviço à Administração:

4.9.7.1 Não responder perante o empregador por prejuízo patrimonial decorrente da ação de terceiro, ressalvado o dolo ou a desídia do motorista, nesses casos mediante comprovação, no cumprimento de suas funções, conforme estabelecido na alínea a, inc. V, art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015;

4.9.7.2 Ter jornada de trabalho controlada e registrada de maneira fidedigna mediante anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou sistema e meios eletrônicos instalados nos veículos, a critério do empregador - conforme estabelecido na alínea b, inc. V, art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015;

4.9.7.3 Benefício de seguro de contratação obrigatória e custeado pelo empregador, destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral, referentes às suas atividades, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial de sua categoria ou valor superior fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho - conforme estabelecido na alínea c, inc. V, art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015;

4.9.7.3.1 Conforme inc. XX, art. 611-B da CLT, "constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (...) XX - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador";

4.9.7.4 Concessão de intervalo para descanso, repouso ou alimentação, conforme estabelece o art. 71 da CLT;

4.9.7.5 Jornada diária de trabalho do motorista profissional de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias, conforme estabelecido no art. 59 da CLT;

4.9.7.6 Em situações excepcionais de inobservância justificada do limite de jornada, devidamente registradas, e desde que não se comprometa a segurança rodoviária, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional empregado poderá ser elevada pelo tempo necessário até o veículo chegar a um local seguro ou ao seu destino, caso em que a CONTRATANTE admitirá a realização de hora-extra em caráter excepcional e mediante sua prévia autorização, por até 02 (duas) horas extraordinárias, nos termos do art. 59 da CLT. Na ocorrência da situação excepcional de realização de horas extraordinárias, a empresa deverá garantir a compensação através da administração do banco de horas e realização de acordo individual com seus motoristas para permitir a utilização de regime de compensação de jornada e banco de horas na forma dos §§2º, 5º e 6º do art. 59 da CLT, ou arcar com o pagamento das horas extraordinárias com o acréscimo estabelecido na Constituição Federal, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

4.9.7 Responsabilizar-se pela indenização dos danos causados aos veículos, assim como pelas infrações de trânsito eventualmente cometidas, promovendo a identificação do condutor infrator, reservado o direito à defesa prévia na forma prevista pelo órgão autuador, observando que eventual não identificação do condutor infrator não eximirá a Contratada do pagamento da multa imputada pelo órgão autuador;

4.9.7.1 Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a contratante reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento no pagamento da fatura do mês;

4.10 O piso salarial, a jornada de trabalho, os valores de jantar e demais benefícios da categoria profissional envolvida na execução do serviço de motorista utilizados pela Administração para apuração da estimativa de custos foram os definidos na Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, RJ001693/2022, entre o Sindicato dos

Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviários de Passageiros Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento, Turismo, Escolar, Cargas, Logísticas e Diferenciados do município do Rio de Janeiro - SINTRUCAD-RIO, CNPJ n. 10.635.706/0001-83 e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado do Rio de Janeiro - SINFRERJ, CNPJ n. 29.212.925/0001-88.

4.11 O sindicato indicado no subitem 4.10 não é de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369 /2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

4.12 Na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante pode utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (Acórdão TCU Plenário nº 1.097/2019).

4.13 É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT, observando-se as regras instituídas na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

4.14 A composição dos custos da proposta será realizada a partir do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante nos termos do item 4.13.

4.15 O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

4.15.1 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

4.15.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.15.3 Os uniformes a serem fornecidos pelas Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no Órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, compatível com o clima do Rio de Janeiro, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

4.15.4 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, duráveis e que não desbotem facilmente.

4.15.5 Os uniformes deverão conter a identificação da Contratada, de forma visível, preferencialmente no blazer ou na própria camisa, podendo para isso conter um bolso, do lado esquerdo, para sua colocação.

4.15.6 Todos os sapatos deverão ser em couro maleável puro, na cor preta, e boa qualidade - não sintético.

4.16 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

4.16.1 Camisa social masculina ou feminina. Material: Tricoline; Cor: Branca; Modelo: Social; Manga: Curta; Características adicionais: Abotoamento frontal, com bolso na lateral superior esquerda contendo a identificação da contratada - 2 (duas) peças;

4.16.2 Camisa polo masculino ou feminino. Material: Algodão; Cor: Cinza claro; Características adicionais: Bolso na lateral superior esquerda contendo a identificação da contratada - 3 (três) peças;

4.16.3 Calça social masculina ou feminina. Material: Oxford; Cor: Preta; Modelo: Social; Características adicionais: Com bolsos - 2 (duas) peças;

4.16.4 Calça jeans masculina ou feminina. Material: Algodão; Cor: Azul escuro; Modelo: Tradicional; Características adicionais: Com bolsos - 2 (duas) peças;

4.16.5 Casaco masculino ou feminino. Material: Moletom; Cor: Preta; Características adicionais: Aberto, com zíper e capuz - 1 (uma) peça;

4.16.6 Par de sapato social ou sapatênis masculino ou feminino. Material: Couro; Cor: Preta; Modelo: Social, Oxford ou Casual; Características adicionais: Com cadarço, solado emborrachado e sem salto, que se firme nos pés e que não comprometa a utilização dos pedais, em atenção ao inc. IV, art. 252 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB) - 2 (dois) pares;

4.16.7 Cinto com fivela. Material: Couro; Cor: Preta; Modelo: Social - 2 (duas) peças;

4.16.8 Par de meia social masculina ou feminina. Material: Algodão ou combinações com Poliamida; Cor: Preta; Modelo: Social; Cano: Longo ou 3/4 - 4 (quatro) pares;

4.16.9 Crachá de identificação. Material: PVC - 1 (uma unidade).

4.17 Enquanto perdurarem as recomendações sanitárias emanadas do poder público sobre o enfrentamento da COVID-19, a Contratada deverá instruir seus colaboradores na utilização de máscaras e de álcool gel.

4.18 A CONTRATADA pagará diária de viagem aos seus empregados que prestarem serviços à Agência Nacional de Mineração nos casos de deslocamento com pernoite nas seguintes condições:

4.18.1 Será devida uma diária de viagem para cada dia de deslocamento com necessidade de pernoite a título de reembolso de **despesa com pernoite/hospedagem e jantar**;

4.18.2 Na hipótese de deslocamento que não resulte em pernoite não será devido o pagamento de diária de viagem;

4.18.3 Deverá ser adotado o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a título de pernoite/hospedagem, conforme explicitado no subitem 4.20, um valor razoável para custeio com a hospedagem/pernoite do motorista, não sendo objeto de disputa.

4.18.4 Na ausência do valor de jantar previsto em Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante, deverá ser adotado o valor do auxílio-alimentação diário previsto na Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante ou seu equivalente diário de auxílio-alimentação mensal previsto na Convenção Coletiva de Trabalho indicada pela licitante em proporção de 22 dias úteis.

4.18.5 Em caso de viagens programadas e informadas à CONTRATADA com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, o pagamento das diárias de viagem deverá ser efetuado ao empregado no dia inicial do deslocamento;

4.18.6 Nos casos de viagens urgentes não programadas, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das diárias de viagem no prazo máximo de até o próximo dia útil do recebimento da solicitação, não devendo ser inclusas, em hipótese alguma, no contracheque e pagas junto com os salários.

4.18.7 A empresa deverá solicitar, mensalmente, o ressarcimento das diárias pagas aos seus empregados;

4.18.8 Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão pagos pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante apresentação de nota fiscal de serviço com discriminação dos valores e comprovação de que foram pagas aos funcionários e após ateste pelo fiscal de contrato formalmente designado pela CONTRATANTE.

4.19 Para fins de composição dos custos da prestação do serviço, é estimado um total de 9 (nove) diárias de viagem mensais por posto de Motorista, ou seja, 18 (dezoito) diárias de viagens mensais, considerando os 2 (dois) postos de Motorista, da seguinte forma:

4.19.1 As quantidades de diárias são meramente estimativas de maneira a possibilitar isonomia da apresentação das propostas dos licitantes. Na execução contratual poderão não ocorrer exatamente nas quantidades previstas. Somente serão pagas as diárias efetivamente ocorridas no mês correspondente.

4.19.2 A forma de cálculo adotada tem como justificativa a de que diárias são insumos como quaisquer outros, e que devem ser inseridas na Planilha de Custos da licitante. O simples ressarcimento do valor das diárias traria prejuízos à contratada, na medida que incorre em custos com tributos, despesas administrativas e remuneração quando presta um serviço e emite Nota Fiscal.

4.19.3 Mensalmente a contratada deverá enviar planilhas discriminatórias da cobrança junto com a Nota Fiscal de Serviços, informando separadamente o valor da mão de obra, de diárias de viagem. Também deverão ser enviados os comprovantes relativos aos pagamentos de diárias de viagem e recolhimento de INSS e FGTS, com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante controle de ponto com visto da fiscalização do contrato.

4.20 Justifica-se a adoção do valor de pernoite de viagem superior fixado na Convenção Coletiva de Trabalho ao se considerar:

4.20.1 A recomendação de adequação dos valores das diárias de viagem dos motoristas terceirizados, a fim de torná-las mais próximas da realidade do mercado, presente no Relatório de Auditoria da CGU-RJ nº 201407508 da unidade auditada Superintendência do DNPM-RJ (SEI 3395083, fls. 1 a 3).

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Dificuldades pertinentes à área-meio da Superintendência, que vêm impactando, negativamente, a sua atuação operacional como um todo:

(...)

b) Carência de motoristas para realização de viagens: Conforme já abordado anteriormente, a Superintendência dispõe de apenas um motorista efetivo, que encontra-se em licença médica por três meses, desde o mês de março. Os quatro motoristas terceirizados têm direito a diária, porém bastante reduzida conforme contrato, o que inviabiliza a sua disponibilidade para viagens com pernoite. Apesar de a Regional dispor de cinco viaturas em condições de viagem, a carência de motoristas vem prejudicando as atividades de fiscalização e vistorias, essenciais para o seu adequado desempenho operacional;

(...)

Recomendação 2: Adequar os valores das diárias de viagem dos motoristas terceirizados, de forma a torná-las mais próximas da realidade do mercado, com o objetivo de possibilitar a realização de viagens pelos servidores, tão necessárias à rotina operacional do órgão.

4.20.2 Os motoristas são contratados para conduzir os veículos oficiais com previsão de deslocamento com servidores/empregados públicos/terceirizados e colaboradores pelas áreas de abrangência do Estado do Rio de Janeiro. Os valores das diárias dos hotéis variam muito em relação às diferentes regiões, sendo que em algumas situações o valor de uma diária em um hotel chega a ultrapassar o valor total da diária para o motorista, que se destina a custear suas despesas com hospedagem e alimentação. Este fato muitas vezes obriga os motoristas a ficarem mal hospedados e/ou não realizarem as refeições adequadas, como forma de gerenciar o valor da diária para não terem prejuízo. Um dos requisitos para que as viagens e deslocamentos sejam seguras para motoristas e passageiros, garantindo o bom desempenho de suas atividades, além de ser uma previsão legal, é que os motoristas realizem seu horário de repouso e intervalos para alimentação de forma adequada.

4.20.3 Assim, é necessário que os motoristas tenham repousado em lugares que ofereçam um mínimo de condições de conforto, higiene e segurança e tenham condições de se alimentar adequadamente, portanto justifica-se que o valor da diária tenha valor superior ao da Convenção Coletiva de Trabalho RJ001693/2022, entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviários de Passageiros Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento, Turismo, Escolar, Cargas, Logísticas e Diferenciados do município do Rio de Janeiro - SINTRUCAD-RIO, CNPJ n. 10.635.706/0001-83 e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ n. 29.212.925/0001-88, uma vez que esta prevê um valor de diária de R\$ 55,41 (quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos) a partir de setembro/2022 em sua Cláusula Vigésima Primeira, valor este insuficiente para atender as condições de estadia fora do domicílio.

4.20.4 A pesquisa de mercado do valor médio de diárias de hospedagem em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro realizada pela Agência Nacional de Mineração (SEI 4755895) no período de 18/07 a 22/07/2022 resultou em uma mediana de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Tal valor se encontra abaixo do valor disponível aos servidores para pernoite de R\$ 259,26 (duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e seis centavos), se considerado o menor valor de diária pago aos servidores públicos federais de R\$ 300,90 (Decreto nº 5.992/2006 e alterações), deduzido o auxílio-alimentação diário de R\$ 20,82 (=R\$ 458,00/22) e deduzido igual valor de R\$ 20,82 para janta.

4.20.5 O menor valor de pernoite encontrado foi de R\$ 50,00 (cinquenta reais), em Cabo Frio/RJ e o segundo menor valor foi de R\$ 64,00 (quatro reais) em Angra dos Reis/RJ, o que indica que o valor de pernoite presente na CCT RJ001693/2022 é insuficiente para a cobertura de custos com hospedagem encontrados.

4.21 A pesquisa do valor médio do Seguro de Vida Obrigatório para os motoristas profissionais (SEI 4755895), previsto na alínea c, inc. V, art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, realizada através de contratações similares de outros entes públicos resultou em uma mediana de R\$ 10,75 (dez reais e setenta e cinco centavos).

4.22 Para o cálculo de vale transporte, **poderá** ser utilizada a tarifa vigente do Bilhete Único Intermunicipal (BUI), instituído pela Lei Estadual nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009, que permite a utilização de modais de transporte com alcance na região metropolitana do Rio de Janeiro, **bem como poderá** ser utilizada a tarifa vigente do Bilhete Único Carioca, instituído pela Lei Municipal nº 5.211, de 1º de julho de 2010, de modal municipal ônibus + ônibus / ônibus + BRT / ônibus + VLT, **bem como poderá prover outras formas de transporte**, cabendo à Licitante a adequação de sua proposta à sua realidade e à forma de como fará o transporte de seus funcionários.

4.22.1 Tal previsão se faz necessária porque o centro do Rio de Janeiro, onde está situada a Gerência Regional da ANM/RJ, consiste em bairro predominantemente comercial e turístico, que abriga a maior concentração de edifícios financeiros e de escritórios da cidade. Considerando o histórico do contrato anterior, constata-se que grande parte dos funcionários contratados são domiciliados em zonas distantes da região central, utilizando outros

modais não cobertos na tarifa básica do Bilhete Único Carioca dos modais ônibus + ônibus / ônibus + BRT / ônibus + VLT de R\$ 4,05 - Decreto Municipal Rio nº 45.641, de 29 de janeiro de 2019. Desta forma, a não previsão do Bilhete Único Intermunicipal poderia resultar na priorização da contratação de trabalhadores de regiões centrais, ocasionando desigualdade de concorrência ao emprego pelos moradores de outras localidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tal fato é corroborado pelo histórico do contrato anterior, no qual parte representativa dos motoristas contratados durante a vigência do contrato utilizava o Bilhete Único Intermunicipal: metade (3/6) dos motoristas que foram contratados durante a vigência do contrato anterior utilizavam Bilhete Único Intermunicipal, 33,3% (2/6) utilizavam o Rio Card Modal com o Metrô e 16,7% (1/6) não utilizava vale-transporte.

4.22.2 Machado, Pero e Mihessen (2015) abordam sobre os movimentos pendulares da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro quanto à movimentação trabalho-residência em seu artigo "Mobilidade Urbana e Mercado de Trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro", demonstrando que o fluxo de trabalhadores de municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro para o município do Rio de Janeiro é elevado (Machado, D. C., Pero, V., & Mihessen, V. (2016). MOBILIDADE URBANA E MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. *Revista Da ABET*, 14(2). Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/27958>>. Acesso em: 14 fev. 2022):

(...) a distribuição espacial da residência dos trabalhadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não necessariamente segue a dinâmica econômica da cidade e da região. Apesar de a cidade do Rio e do centro do Rio de Janeiro serem as áreas consideradas centrais na dinâmica da região, onde são tomadas a maior parte das decisões relativas ao desenvolvimento regional e que aglutinam grande parte das ocupações, existe um percentual considerável de pessoas que moram em outras localidades. Nesse sentido, para esse contingente de pessoas, questões relativas à mobilidade e à acessibilidade são importantes, não apenas como garantia de inserção na atividade econômica, mas também como garantia de qualidade de vida.

Tendo em vista esse total de pessoas que mora fora do centro da cidade do Rio, durante o dia, no horário comercial, a capital fluminense recebe enormes contingentes de pessoas. No horário de trabalho, ocorre um aumento expressivo da população da cidade do Rio, o que se reflete em maior demanda por serviços públicos, tais como os transportes, por exemplo.

(...) A intensidade do movimento pendular intermunicipal varia bastante com o local de moradia dos trabalhadores da RMRJ. Por exemplo, mais de 90% dos trabalhadores que moram na cidade do Rio de Janeiro trabalham também no Rio, seja dentro do próprio domicílio (mais de 20%) ou não (mais de 70%). Isso acontece porque o Rio representa uma zona de atração de empregos, concentrando os postos em seu território. Vale destacar que para alguns outros municípios que compõem a RMRJ, os trabalhadores também se inserem no mercado de trabalho do próprio município de residência. Por outro lado, para alguns municípios, o mercado de trabalho local não parece ser suficiente para absorver grande parte da população residente. Cerca de 60% dos trabalhadores ocupados de 15 a 70 anos moradores de Nova Iguaçu trabalham em outros municípios. Percentual também elevado ocorre para trabalhadores residentes de Mesquita, Japeri, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti e Queimados.

Assim sendo, para vários municípios da periferia, entendida aqui como todos os municípios que compõem a região metropolitana do Rio à exceção da capital, a parcela de trabalhadores cujo emprego está fora da cidade onde moram chega a 44%. (...)

(...)

Como esperado, a capital fluminense atua como um polo concentrador das oportunidades de trabalho. De todos os trabalhadores da RMRJ que saem do município de residência para trabalhar, 65,4% têm como destino a cidade do Rio de Janeiro. Niterói é o segundo município que mais absorve mão de obra (11,8%), seguido de Duque de Caxias (6%) e Nova Iguaçu (4,6%). Estes dois últimos municípios parecem servir como polos da Baixada Fluminense, tendo em vista que atraem mão de obra de municípios vizinhos.

4.22.3 A intenção do Governo do Estado do Rio de Janeiro apresentada na justificativa do Projeto de Lei que instituiu o Bilhete Único Intermunicipal de permitir a igualdade de condições de concorrência ao emprego aos trabalhadores que residem longe dos postos de trabalho ressalta a importância social de tal benefício, e, portanto, a previsão da possibilidade de utilização da tarifa do Bilhete Único Intermunicipal está de acordo com a política social adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro:

O Bilhete Único se constitui em um grande instrumento de inclusão social. Ele permite que o trabalhador que reside longe dos postos de trabalho possa concorrer ao emprego em igualdade de condições com o trabalhador que reside em local próximo ao trabalho, assegurando, assim, a empregabilidade em toda a Região Metropolitana. Ao assegurar a plena mobilidade, o Bilhete Único permite também à população o acesso ao Lazer, à Saúde, à Educação e à Cultura. (CABRAL,

2009. Justificativa do Projeto de Lei nº 2.828/2009. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/6aa55451b1328067832566ec0018d821/00b13a1bb70e5ce98325768f00832623?OpenDocument&CollapseView>>. Acesso em 14 fev. 2022)

4.22.4 A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021. (Acórdão Nº 2897/2019 - TCU - 2ª Câmara)

4.22.5 O vale transporte deverá ser concedido na forma dos normativos vigentes que tratam do assunto e, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento da demanda de seus funcionários, a empresa contratada deve arcar com o ônus decorrente de valores variáveis e incertos, devendo complementá-los. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração efetuará o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.23 A presente contratação está vinculada à política pública de contratações sustentáveis.

4.24 Inexistem diretrizes de logística sustentável fixadas para a Agência Nacional de Mineração dada a ausência de publicação/implementação de Plano de Gestão de Logística Sustentável do Órgão.

4.25 A fim de nortear os critérios de sustentabilidade que deverão ser observados e visto que o objeto a ser contratado é composto pela prestação de serviços, destaca-se o Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase nos art. 5º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.26 Buscando efetivar as ações sustentáveis na Administração Pública, a contratada deverá:

4.26.1 Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, aplicáveis a prestação dos serviços.

4.26.2 Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra para o quadro da empresa.

4.26.3 Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

4.26.4 Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

4.26.5 Treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

4.26.6 Orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

4.26.6.1 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.26.7 Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

4.26.8 Preferencialmente, utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

4.26.9 Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

4.26.10 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

4.26.10.1 Racionalizar/economizar energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

4.26.10.2 Evitar o desperdício da água potável;

4.26.10.3 Treinar/capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios /poluição, observadas as normas ambientais vigentes; e

4.26.10.4 Orientar seus empregados a verificar a liberação de poluentes pelo veículo em condução e comunicar ao fiscal do contrato, se constatada aparente anormalidade, para que a Contratante tome as providências necessárias à verificação e solução de eventual extrapolação dos limites máximos de emissão de escapamento definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) ou outro órgão competente;

4.26.11 Dar preferência para materiais de origem local; e

4.26.12 Utilizar preferencialmente mão de obra local.

4.27 Não há previsão de pagamento de adicional de periculosidade, de adicional de insalubridade, de adicional noturno ou de hora extra.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O serviço pretendido é de baixa complexidade técnica e é prestado por empresas que atuam no ramo de negócio administração e locação de mão de obra, inclusos ou não, os insumos necessários a realização do serviço, o que explica a ampla concorrência nesse setor.

5.2 As empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção, ou em secretariado. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

5.3 Detalhamento das Soluções:

5.3.1 Solução 1 - Participação em Intenção de Registro de Preços (IRP) de outro Órgão

5.3.2 Solução 2 - Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) de outro Órgão

5.3.3 Solução 3 - Realizar licitação para o serviço pretendido

5.4 Análise das Soluções:

5.4.1 Solução 1 - Não existem IRPs em situação aberta para o serviço pretendido no Rio de Janeiro (SEI 4757553).

5.4.2 Solução 2 - Existem 04 ARPs para adesão para o serviço pretendido no Rio de Janeiro (SEI 4757579).

5.4.2.1 Em primeira análise, o item 05 do Edital nº 25/2021 da UASG 153115, referente à contratação de motorista de carro de passeio / utilitário pesado / van - 44 horas seg a sex - Mun. Do Rio de Janeiro, poderia ser utilizado para a presente contratação, no entanto, a contratação realizada pela UASG 153115 somente prevê a indenização de despesas com viagens para o item 6 (Motorista - HABILITAÇÃO "D" ÔNIBUS 44horas seg a sex - Mun. Do Rio de Janeiro). Sendo necessária a previsão de pernoite nos contratos de motorista da Agência Nacional de Mineração, tendo em vista a atividade de fiscalização, não é possível a adesão ao Edital nº 25/2021 da UASG 153115.

5.4.2.2 O item 01 do Edital nº 03/2021 da UASG 158484, referente à contratação de motorista de veículos até 19 passageiros, Categoria "D", 44 horas semanais, com diárias, horas extras e hora noturna adicional eventuais é o item que mais se aproxima da necessidade da Gerência Regional da ANM-RJ. Entretanto, para a condução dos veículos oficiais da Gerência Regional da ANM-RJ não é necessária a habilitação na categoria "D" e, da mesma forma que na contratação realizada pela UASG 153115, não há previsão de indenização de despesas com viagens. Portanto, não é possível a adesão ao Edital nº 02/2021 da UASG 158484.

5.4.2.3 Não existem itens que correspondam ao serviço requisitado pela ANM no Pregão 7/2022 da UASG 731050. Os itens do Pregão 7/2022 são, conforme seu TR: Item 1 – SERVIÇO DE TRANSPORTE POR ÔNIBUS EXECUTIVO; GRUPO 1 – SERVIÇO DE TRANSPORTE POR ÔNIBUS SEMI-LEITO e GRUPO 2 – SERVIÇO DE TRANSPORTE POR CAMINHÃO. Portanto, não é possível a adesão ao Pregão 7/2022 da UASG 731050.

5.4.2.4 O grupo 3 do Pregão 26/2022 da UASG 153115 apresenta dois itens: item 9 - Motorista - CARRO DE PASSEIO/UTILITÁRIO PESADO/VAN - veículos

de até 19 passageiros - 44 horas seg a sex e item 10 - INDENIZAÇÃO DE DESPESAS COM VIAGENS - Qtd estimada - valor da indenização - fixado pela administração. Observa-se no TR do referido pregão no item 5.1.12.5 que "o tipo de veículo que será disponibilizado por parte da contratante para a prestação do serviço pode ser considerado como veículo coletivo de até 19 passageiros", e no item 5.4 que "a quantidade estimada de deslocamentos anuais é de 3.600 diárias para os colaboradores do Cargo de Motorista de Carro / Utilitário e Van. Há a necessidade de hospedagem, estimada em R\$ 120,00 (Cento e Vinte Reais) por dia". Verifica-se que a quantidade anual de diárias do Pregão 26/2022 é superior ao demandado pela ANM de 216 diárias anual (18 diárias x 12 meses) e que o valor da diária é inferior à mediana do valor de pernoite (R\$ 150,00) levantado no Mapa de Preços 593 (SEI 4755895), o que poderia prejudicar a ação de fiscalização em municípios com média elevada de valor de hospedagem. Portanto, não é recomendável a adesão ao Pregão 26/2022 da UASG 153115.

5.4.3 Solução 3 - Realizar licitação para o serviço pretendido

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva na prestação de serviço continuado de motorista para atendimento das demandas da Gerência Regional da ANM no Estado do Rio de Janeiro.

6.2 Por tratar-se de serviço de natureza continuada, o contrato deverá ter vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a prorrogação a sessenta meses, com fundamento no inc. II, art. 57, da Lei nº 8.666/1993, atendidos os demais requisitos legais.

6.3 O serviço será contratado por unidade de serviço (posto), segundo as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 52017, bem como pelo custo mensal e global do serviço. No valor total da contratação restarão inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos a materiais, equipamentos, mão de obra, reembolso de deslocamento com pernoite, bem como, todos os encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais custos decorrentes da prestação do serviço.

6.4 O serviço é considerado serviço comum, visto que pode ser caracterizado pelas especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidade definidos no presente processo, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

6.5 O Quadro 1 deste relatório discrimina o cargo necessário para desenvolvimento das atividades do serviço, detalhando as suas atribuições e os requisitos exigidos dos empregados a serem alocados na execução do serviço, servindo como uma guia para a empresa contratada nos seus processos de recrutamento, seleção e contratação.

6.6 Os veículos oficiais de propriedade da Gerência Regional da ANM/RJ são do tipo caminhonete (picape) de 5 passageiros de até 2 toneladas e se encontram estacionados no Museu de Ciências da Terra, situado à Av. Pasteur, 404 – Urca – Rio de Janeiro, de onde deverão ser retirados quando da necessidade de locomoção para serviços externos ou deslocamentos em viagens dos servidores e colaboradores da ANM e retornados à citada garagem quando do fim do expediente ou do serviço externo.

6.7 O endereço onde os carros devem permanecer estacionados pode ser alterado pela Contratante durante a vigência do contrato de prestação de serviço de motorista, devendo a Contratada se adaptar ao novo local de estacionamento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a devida comunicação.

6.8 A execução adotará como requisito de maior controle para gestão do contrato a aplicação da Conta- Depósito Vinculada bloqueada para movimentação, nos termos no art. 18 da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPOG.

6.9 A utilização da Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação é ferramenta já institucionalizada e sedimentada na Administração Pública como mecanismo de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, contribuindo para assegurar os recursos necessários para o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato.

6.10 A Gerência Regional da ANM/RJ já possui Termo de Cooperação Técnica firmado junto ao Banco do Brasil para providenciar a gestão e movimentação de Conta-Depósito Vinculada, possuindo experiência de sua utilização desde 2015 e utilizado com sucesso nos contratos vigentes.

6.11 Inexiste estudo na Gerência Regional da ANM/RJ sobre o custo-benefício da adoção da conta-vinculada ou do pagamento pelo fato gerador para os contratos vigentes ou a serem contratados e, salvo melhor juízo, inexistem estudos na Agência Nacional de Mineração sobre o tema. No entanto, existe estudo realizado no TRT 3ª Região sobre a utilização de conta vinculada naquele Órgão, no qual é possível destacar as seguintes partes:

Tabela 2. Benefícios da conta vinculada.

Ordem	Benefícios identificados
1	Garantia do pagamento das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados
2	Elisão da responsabilidade subsidiária da Administração Pública
3	Maior segurança para as atividades de gestão/fiscalização do contrato
4	Incentivo ao cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas contratadas
5	Redução da quantidade de ajuizamentos trabalhistas
6	Conjunto probatório da efetiva fiscalização contratual
7	Minimização do impacto social decorrente de eventual falência empresarial
8	Preservação e boa administração dos recursos públicos

Legenda: dados listados por ordem de frequência nas respostas coletadas. Fonte: elaboração própria.

Fonte: MENDES (2020)

Tabela 3. Pontos críticos da conta vinculada.

Ordem	Pontos críticos identificados
1	Onera a estrutura física e pessoal do órgão público e das empresas contratadas
2	Concorre com a fiscalização da execução do objeto contratado
3	Ausência de padronização operacional
4	Processo de liberação de valores burocrático e moroso
5	Possibilidade de bloqueio judicial dos recursos retidos
6	Grande quantia imobilizada com baixa remuneração
7	Reforça a responsabilidade subsidiária da Administração Pública
8	Ingerência na gestão das empresas contratadas
9	Julga as empresas contratadas como predispostas à inadimplência
10	Compromete o fluxo de caixa das empresas contratadas
11	Ausência de previsão na Lei nº 8.666/1993
12	Dificuldade de acesso aos extratos bancários das contas

Legenda: dados listados por ordem de frequência nas respostas coletadas. Fonte: elaboração própria.

Fonte: MENDES (2020)

Tabela 4. Melhorias possíveis na gestão da conta vinculada.

Melhorias identificadas
Desenvolvimento de ferramenta tecnológica para auxiliar nas atividades
Criação de setor específico para a gestão da conta vinculada
Indicação de servidores com perfil adequado às atribuições inerentes
Maior agilidade e menor rigorismo formal nas liberações de valores
Promoção de capacitação e de treinamento específicos sobre o instrumento
Maior publicidade dos processos e procedimentos adotados
Elaboração de manual de orientação para as empresas contratadas
Treinamento para as empresas contratadas no início da relação contratual
Promoção de momentos de interação e compartilhamento de experiência entre servidores
Atualização da normatização interna com a padronização de procedimentos

Fonte: Elaboração própria.

Fonte: MENDES (2020)

6.11.1 Os achados da pesquisa indicam que as dinâmicas de utilização da conta vinculada se afastam dos objetivos pretendidos pelo Poder Público com a terceirização de serviços, notadamente a concentração dos seus esforços na satisfação do interesse público, seu objetivo precípua.

Reconhece-se que a Administração Pública assume para si uma grande responsabilidade, na qual a torna encarregada pela conferência e, até mesmo, pela correta quitação das obrigações trabalhistas a cargo da empresa contratada. Com isso, observa-se o excesso de praticamente acabar transformando os fiscais administrativos dos contratos de terceirização em funcionários do departamento de recursos humanos das empresas contratadas, em razão da necessidade de reproduzir no setor público a infraestrutura de pessoal, de material e de contabilidade das contratadas. Desse raciocínio, sustenta-se que os custos da operacionalização da conta vinculada comprometem as vantagens auferidas com sua utilização. Assim, a melhoria na sua gestão é recomendada, de maneira que o instrumento seja organizado para atenuar os problemas de agência, mas sem onerar excessivamente nenhuma das partes envolvidas. (MENDES, 2020)

6.11.2 É possível adicionar como um novo ponto crítico da utilização de conta-vinculada que em 2021 foi iniciada a cobrança das tarifas de abertura e manutenção da conta-depósito vinculada, aumentando os custos à contratada e impactando no custo do contrato. No entanto, desde 22/12/2021 houve isenção da cobrança de tarifas bancárias, conforme e-mail de 30/12/2021 (SEI 3610300), podendo futuramente ocorrer o retorno da cobrança das tarifas.

6.11.3 A mesma autora do estudo citado acima participou em fevereiro deste ano de entrevista ao Ementário de Gestão Pública a respeito da avaliação da relação custo x benefício dos controles de riscos relacionados com obrigações trabalhistas, na qual podemos destacar:

Franklin Brasil – No Acórdão nº 2.328/2015-Plenário, o TCU recomendou à então SLTI a reavaliação da conta vinculada, estudando seu custo/benefício. Dois anos depois, no Acórdão nº 599/2017-Plenário, o TCU entendeu que a questão ainda estava em desenvolvimento, pois a IN SEGES nº 05/2017 trouxe, como alternativa, o pagamento pelo fato gerador. Essa alternativa realmente dispensa o estudo de custo/benefício que o TCU havia recomendado?

Lorena Mendes – A nova metodologia do Pagamento pelo Fato Gerador, no meu entendimento, assevera ainda mais a necessidade de reavaliação da conta vinculada.

Agora, sob o risco de inadimplemento trabalhista por parte das contratadas, o gestor se vê diante de dois instrumentos igualmente complexos e burocráticos (exceto no Judiciário, em que a conta vinculada permanece sendo a única e obrigatória alternativa). No Executivo Federal, a opção por um ou por outro deverá ser justificada na avaliação da relação custo-benefício.

Quanto ao pagamento pelo fato gerador, não existem experiências organizacionais suficientes para concluir sobre sua vantajosidade, mas, pela leitura dos procedimentos publicados, a novidade pode representar custos ainda maiores para a Administração Pública, uma vez que exige o controle sistemático de várias ocorrências futuras e incertas (ex.: licenças maternidade e paternidade, ausência por acidente de trabalho, auxílio-doença e outras ausências legais).

Dessa forma, considerando a potencial onerosidade da conta vinculada, já apontada pelo TCU e exposta nos resultados da pesquisa desenvolvida, maiores estudos sobre o tema ainda são necessários seja para sua substituição por outras formas de controle menos custosas e até mais eficazes, seja para a identificação de medidas que podem ser adotadas para aprimorar sua gestão. (EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA, 2021)

6.11.4 Em análise do Caderno de Logística – Pagamento pelo Fato Gerador – 2018 (MP, 2018), a utilização do pagamento pelo fato gerador pode reduzir o valor total do contrato, uma vez que não estarão previstas as tarifas bancárias de conta-depósito vinculada, além de que custos de natureza futura e incerta, como 13º salário, férias e adicional de férias, não integram os pagamentos mensais à contratada. No entanto, a sua utilização demanda maior acompanhamento do fiscal administrativo do contrato dos fatos ocorridos e a planilha de custo e formação de preços deverá ser objeto de consulta mensal para efeito de pagamento, sendo observada a ocorrência ou não de fato gerador e as implicações na planilha de custo e formação de preços. Para isso, é necessário que os fiscais administrativos dos contratos possuam conhecimento de elaboração da planilha de custo e formação de preços, além de conhecimentos de legislação trabalhista. Portanto, é possível que isso implique em maior tempo de acompanhamento e análise do contrato e da emissão das faturas mensais pelos servidores responsáveis pela fiscalização contratual, e, eventualmente, um maior risco de análise indevida dos valores a serem pagos mensalmente à contratada.

6.12 A opção pela utilização da conta-depósito vinculada se dá em razão da ferramenta já ser institucionalizada e sedimentada na Administração Pública como mecanismo de proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, sendo de conhecimento dos servidores responsáveis pela fiscalização dos contratos, assim como daqueles que executarão o recolhimento dos valores para a conta-depósito.

6.13 Nos termos do inc. VIII da Lei nº 8.666/1997, a execução indireta pode adotar os regimes: a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total; b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas; c) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais; e e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.

6.14 Tem-se, conforme Acórdão TCU 1.977/2013 – Plenário, TC 044.312/2012-1, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013, que:

9.1.3. a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;

6.15 Ainda, conforme análise exaurida no item 29 do referido Acórdão TCU, “a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global diminui à medida que se eleva o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado.”

6.16 Observa-se que o regime de execução por preço unitário destina-se aos serviços que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas, sendo especialmente aplicável aos contratos que podem ser divididos em unidades autônomas independentes que compõem o objeto integral pretendido pela Administração e cujos os objetos trazem imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários.

6.17 Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação, podendo, conforme observado no Acórdão TCU 1.978/2013 – Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013, ocorrer distorções relevantes durante a execução contratual.

6.18 Tem-se, do art. 47 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 47 Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

6.19 O serviço a ser contratado de motorista é um serviço comum de baixa complexidade. O levantamento do quantitativo dos itens foi realizado com base na necessidade da Gerência Regional da ANM/RJ, conforme item 7 deste Estudo Técnico Preliminar, havendo, portanto, boa margem de precisão no quantitativo dos serviços a serem executados na fase contratual, devendo, portanto, ser adotado o regime de empreitada por preço global.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Pagamento pelo fato gerador. Brasília: MP, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica/midia/fato_gerador.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA. **EGP ENTREVISTA**. Boletim Ementário de Gestão Pública, nº 2.412, 01 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://ementario.info/2021/02/01/ementario-de-gestao-publica-no-2-412/?doing_wp_cron=1637146297.9409570693969726562500>. Acesso em: 14 dez. 2021.

MENDES, Lorena Lopes Freire; FERREIRA, Frederico Poley Martins. Contratos de Terceirização na Administração Pública: dinâmicas de utilização da conta vinculada no Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e219119501-e219119501, 2020. Disponível em: <<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9501/8489>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Conforme DFD (SEI 3375587), estão sendo solicitados 2 (dois) postos de serviço de motorista.

7.2 O quantitativo de postos do serviço de motorista foi estimado segundo as necessidades atuais da Gerência Regional da ANM/RJ em atendimento das demandas das áreas finalísticas da Gerência Regional, levando em consideração o quantitativo do Contrato nº 01/2016 (Processo nº 48409.990315/2016-41), julgado em quantidade adequada.

7.3 O quantitativo de reembolso de diárias foi estimado conforme consulta às áreas finalísticas (SEI 3403019 /3403022) e levantamento de processos de concessão de diárias dos servidores dos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 (SEI 3405201).

7.3.1 Foram estimados pelas Divisões Técnicas e Administrativa da Gerência Regional da ANM/RJ uma demanda mensal de 17 (dezesete) deslocamentos com necessidade de pernoite, como parâmetro para pagamento de diária (pernoite e jantar) ao motorista.

7.3.2 Por serem 02 (dois) postos de motorista e o cálculo da demanda de 17 (dezesete) diárias dividido por 2 (dois) postos resultar em 8,5 (oito e meia) diárias, a quantidade de diárias por posto foi arredondado para o próximo número inteiro, ou seja, 9 (nove) diárias por posto. **Resulta-se, portanto, uma demanda mensal de 18 (dezoito) e anual de 216 (duzentos e dezesseis) reembolsos de deslocamento com pernoite.**

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 146.438,64

8.1 O subitem 2.9, Anexo V, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, abaixo transcrito, disciplina:

b) No caso de **serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação** deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados; (Anexo V, item 2.8, IN SEGES/MPDG nº 05/2017) - Grifou-se

8.2 A estimativa de preço da presente contratação foi realizada mediante o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, tomando como base:

8.2.1 os custos da mão de obra estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023, RJ001693/2022, entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviários de Passageiros Urbano, Intermunicipal, Interestadual, Fretamento, Turismo, Escolar, Cargas, Logísticas e Diferenciados do município do Rio de Janeiro - SINTRUCAD-RIO, CNPJ n. 10.635.706/0001-83 e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado do Rio de Janeiro - SINFREERJ, CNPJ n. 29.212.925/0001-88 (SEI 4743760);

8.2.3 o custo da tarifa de Bilhete Único Intermunicipal (SEI 4642999). Considerando a variação de dias úteis nos meses, foi utilizada a quantidade de dias efetivamente trabalhados de 22 (vinte e dois) dias prevista no art. 2º do Decreto nº 2.880, de 15 de dezembro de 1998, utilizado para cálculo do auxílio-transporte dos servidores da Administração Pública do Executivo Federal;

8.2.4 o regime de tributação lucro presumido, conforme análise do regime de tributação de licitantes de outros pregões similares;

8.2.5 índices máximos de custos indiretos de 5% e de lucros de 10%, conforme Nota Técnica nº 1/2007 - SCI/CAF /STF;

8.2.6 tabela de tarifas PJ do Banco do Brasil, vigente a partir de 30/06/2022 (SEI 4643048) e informação de isenção da cobrança das tarifas (SEI 3610300);

8.2.7 pesquisa mercadológica dos custos dos insumos - uniforme, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020 (SEI 4755895);

8.2.8 pesquisa mercadológica do valor de pernoite nos diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020 (SEI 4755895);

8.2.9 pesquisa mercadológica do seguro de vida obrigatório, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020 (SEI 4755895);

8.2.10 previsão de não ocorrência de adicional de periculosidade, de adicional de insalubridade, de adicional noturno ou de hora extra;

8.2.11 SAT de 3,00%;

8.2.12 previsão de 9 (nove) diárias de viagem mensais por posto de Motorista, ou seja, 18 (dezoito) diárias de viagens mensais, considerando os 2 (dois) postos de Motorista;

8.3 A contratação do serviço de motorista está estimada no valor mensal de R\$ 12.203,32 (doze mil duzentos e três reais e trinta e dois centavos), sendo R\$ 8.530,86 (oito mil quinhentos e trinta reais e oitenta e seis centavos) de prestação de serviço de motorista e R\$ 3.672,36 (três mil seiscentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos) de reembolso de deslocamento com pernoite, e R\$ 146.438,64 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos) anual, sendo R\$ 102.370,32 (cento e dois mil trezentos e setenta reais e trinta e dois centavos) de prestação de serviço de motorista e R\$ 44.068,32 (quarenta e quatro mil sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) de reembolso de deslocamento com pernoite, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI 4756745).

8.4 Conforme inc. IV, art. 19 da Resolução ANM nº 102, de 13 de abril de 2022, no DOU de 19/04/2022, seção 1, p. 152 (SEI 4756960), que aprova as alterações de quantitativos e a distribuição dos cargos comissionados de gerência executiva, de assessoria, de assistência e dos cargos comissionados técnicos e o novo Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração - ANM, é atribuição do Diretor-geral firmar, em nome da ANM, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, conforme decisão da Diretoria Colegiada. Além disso, conforme inc. VII, VIII, XI, XV, XVI, art. 55, é atribuição do Superintendente de Gestão Administrativa: firmar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos legais congêneres até os limites permitidos por ato da Diretoria Colegiada.

8.5 A Portaria nº 236, de 3 de abril de 2020, em seu art. 1º, inc. II, delega a competência ao Superintendente de Administração e Finanças para autorizar a celebração de novos contratos administrativos, ou a prorrogação dos contratos em vigor com valor igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00 (SEI 3381494). Não houve publicação de nova Portaria que revogasse a Portaria nº 236/2020.

Art. 1º Delegar competência às autoridades indicadas a seguir, para autorizarem a celebração de novos contratos administrativos, ou a prorrogação dos contratos em vigor, relativos a atividades de custeio e investimento, exceto o disposto no parágrafo único deste artigo, nas seguintes condições:

(...)

II - Ao Superintendente de Administração e Finanças para contratos com valor igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no âmbito da ANM, vedada a subdelegação da competência;

Parágrafo Único. A celebração dos contratos de locação, ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valor anual igual ou superior a 20 (vinte) por cento da dotação anual aprovada para a Unidade Administrativa Regional, deverá ser autorizada pela Diretoria Colegiada da ANM

8.6 Portanto, o valor se encontra dentro do limite de competência do Superintendente de Gestão Administrativa para autorizar a celebração do contrato.

8.7 No exercício de 2022, considerando a previsão do início do contrato em 01 de novembro de 2022, o valor da contratação do serviço de motorista para o exercício de 2022 está estimado em R\$ 24.406,44 (vinte e quatro mil quatrocentos e seis reais e quarenta e quatro centavos), sendo R\$ 17.061,72 (dezessete mil sessenta e um reais e setenta e dois centavos) de prestação de serviço de motorista e R\$ 7.344,72 (sete mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) de reembolso de deslocamento com pernoite.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto. Conforme §1º, art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2 A contratação é composta por dois itens, sendo que, por sua natureza, o item 2, de reembolso de diárias com pernoite, é diretamente vinculado ao item 1, prestação de serviços de motorista, não podendo ser prestado por outra empresa a não ser a licitante vencedora e, portanto, para não haver prejuízo para o conjunto da solução, não deverá ser dividido ou parcelado. Tal procedimento não restringe a participação de licitantes.

9.3 Além disso, a divisão dos postos não implicará em ampliação da competitividade, tampouco em maiores ganhos econômicos.

9.4 Consoante entendimento apresentado pelo Tribunal de Contas da União em seu Acórdão TCU 1214/2013-Plenário, cujo excerto segue abaixo, quanto maior o objeto contratual, menores são os custos fixos por posto de trabalho e a divisão do serviço implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.

168. O art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, fixa orientação no sentido de que “as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”.

169. Pelo esclarecido anteriormente, as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

170. Trata-se, assim, de prática regular do mercado prestar esses serviços de forma concomitante. Desse modo, a divisão do objeto, como previsto na norma transcrita, não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação.

171. Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido.

172. Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.

173. Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não devem ser divididos.

9.5 Portanto, considera-se tecnicamente inviável o parcelamento da solução, uma vez que os itens 1, de prestação de serviço de motorista, e 2, de reembolso de diária com pernoite, estão, por sua natureza, vinculados, e não podem ser prestados por empresas diferentes. Consequentemente, haverá o agrupamento dos itens 1 e 2.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação do serviço em estudo neste documento trata-se de contratação ordinária, rotineira e habitual da Administração, já prevista nas leis orçamentárias vigentes com vistas à manutenção de ações governamentais preexistentes, não se caracterizando como projeto.

11.2 A contratação do serviço de motorista está alinhada ao cumprimento da missão institucional da Agência Nacional de Mineração de promover o acesso e uso racional dos recursos minerais, gerando riquezas e bem-estar para a sociedade, conduzindo, em segurança, os servidores da área finalística aos locais das ações de fiscalização e pesquisa mineral, possibilitando a consecução dos objetivos institucionais de gerir recursos com eficiência e transparência, e aprimorar a regulação tendo como foco a sustentabilidade, desburocratização e a ampliação da liberdade econômica.

11.3 Atualmente, não há contrato vigente de serviço de motorista na Gerência Regional da ANM/RJ, sendo que a última prestação de serviço foi realizada pela empresa **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 00.482.840/0001-38, através do Contrato nº 01/2016 (Processo nº 48409.990315/2016-41), findado em 12 de dezembro de 2021.

11.4 Dado o limite orçamentário previsto na PLOA 2022 para a Gerência Regional da ANM/RJ de R\$ 930.825,00 (novecentos e trinta mil oitocentos e vinte e cinco reais), conforme item 4 do Ofício-Circular 27 (SEI 3227262 - Proc. 48051.002847/2021-92), 01 posto será custeado por recursos da Superintendência de Produção Mineral e 01 posto por recursos da Superintendência de Pesquisa e Recursos Minerais, conforme concordância e autorização do Superintendente de Produção Mineral (e-mail - 26/11/2021 - 10h01) e do Superintendente de Pesquisa e Recursos Minerais (e-mail - 26/11/2021 - 16h37), presente no processo 48064.000470/2021-98. Além disso, foi solicitada no processo 48064.000356/2021-68 a inclusão no PAC 2022 da SPM e da SRM da despesa de contratação de motorista.

11.5 A contratação de serviço de motorista para o exercício de 2022 está contemplada:

11.5.1 No Plano Anual de Contratações / PAC 2022 da UASG 323113, atualizada em 02/05/2022 conforme entendimento no Despacho 25382 (SEI 3631633) da DINLIC no processo 48064.000470/2021-98 de que é possível a inclusão no PAC 2022 da Gerência Regional da ANM-RJ dada a descentralização de créditos orçamentários realizadas em 12/01/2022 (SEI 3484674/3484676) e em 18/04/2022 (SEI 3909236/3909249), no item 10 (SEI 3938750), e no Sistema de Gerenciamento de Contratações (PGC) do Governo Federal, em atendimento ao inc. IX, art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, ao art. 12 da Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, e ao art. 17 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, referentes à utilização de dotação orçamentária da Superintendência de Produção Mineral (01 posto) e da Superintendência de Pesquisa e Recursos Minerais (01 posto), sendo: por posto, por ano, R\$ 41.807,76 (quarenta e um mil, oitocentos e sete reais e setenta e seis centavos), referente ao serviço de motorista, e R\$ 29.365,44 (vinte e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), referente ao reembolso de diárias de motoristas, totalizando R\$ 71.173,20 (setenta e um mil, cento e setenta e três reais e vinte centavos), por posto, por ano. Resultando, portanto, em R\$

142.346,40 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) para os dois postos, por ano.

11.5.2 Considerando a previsão do início do contrato em 01 de novembro de 2022, o valor da contratação do serviço de motorista para o exercício de 2022 está estimado em R\$ 24.406,44 (vinte e quatro mil quatrocentos e seis reais e quarenta e quatro centavos), sendo R\$ 17.061,72 (dezessete mil sessenta e um reais e setenta e dois centavos) de prestação de serviço de motorista e R\$ 7.344,72 (sete mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) de reembolso de deslocamento com pernoite.

11.5.3 A tendência é que, por ser pregão por menor preço global, o valor do contrato seja inferior ao valor estimado.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado) da Gerência Regional da ANM/RJ de forma contínua, eficiente e confiável, o que permitirá à Gerência Regional da ANM/RJ atuar dinamicamente, na medida em que possibilitará que os seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais e regimentais, sem terem que se ocupar com elementos de cunho operacional e auxiliar, nem tampouco com a realização de tarefas secundárias, periféricas àqueles que lhes são essenciais para a condução da atividade fim do Órgão, otimizando o emprego do capital humano da Gerência Regional.

12.2 Ademais, com a execução indireta de atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, busca-se alcançar a eficiência e eficácia da descentralização aludida pelo art. 10 do Decreto-Lei nº 200/1967, garantindo que a prestação da atividade pública esteja o mais próximo possível de onde os fatos administrativos e econômicos ocorrem e com a qualidade requerida pela sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Como providências indispensáveis à adequada execução dos serviços contratados, a Agência Nacional de Mineração deverá:

13.1.1 Capacitar servidores para atuarem no acompanhamento e fiscalização do contrato, mormente em relação à Lei nº 8.666/1993 e à Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017;

13.1.2 Definir controles administrativos de custos, qualidade, entrega e rapidez na prestação dos serviços contratados, de maneira a mitigar riscos de execução e subsidiar futuros processos licitatórios.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não se aplica à presente contratação a definição de ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS – Serviços de Utilidade; Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Turismo; Uso de recursos naturais; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981-Obras civis, apresentada no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, revista, atualizada e ampliada. Agosto/2021, p. 134 - 137), por não se enquadrar nas atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa MMA nº 6, de 15 de março de 2013.

14.2 Não se aplica à presente contratação os requisitos apresentados em VEÍCULOS no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, revista, atualizada e ampliada. Agosto/2021, p. 204 - 207), por não se enquadrar em locação ou aquisição de automóveis, sendo que as providências listadas no Guia se referem à obrigações da Administração e não da contratada, uma vez que os veículos são de propriedade da Administração.

14.3 Segundo o art. 1º da Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986, o impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais.

14.4 O art. 6º da Resolução CONAMA nº 1/1986, estabelece o conteúdo mínimo do Estudo de Impacto Ambiental:

Art. 6º O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico – o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais – a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c) o meio sócio-econômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II – Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III – Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV – Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

14.5 O inciso II determina que sejam observados prováveis impactos ambientais positivos e negativos e o inciso III do art. 6º da Resolução CONAMA nº 1/1986, prevê medidas mitigadoras dos impactos negativos.

14.6 A prestação de serviço de motorista não envolve grande potencial poluidor que cause possível danos ao meio biológico e os ecossistemas naturais. O impacto de geração de resíduos (meio físico) é consideravelmente baixo e, considerando que esta licitação contemplará critérios de produtos sustentáveis, conforme previsto no Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, e no art. 6º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG, conclui-se que os impactos ambientais no meio físico decorrentes desta contratação serão minimizados através das exigências dispostas nos itens 4.26.1, 4.26.5, 4.26.8, 4.26.9 e 4.26.10 do ETP, não havendo demanda de adequação do ambiente.

14.7 A prestação de serviço de motorista, por sua vez, traz impactos no meio socioeconômico por se tratar de uma prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão-de-obra e, considerando que esta licitação contemplará critérios de produtos sustentáveis, conforme previsto no Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, conclui-se que os impactos ambientais no meio socioeconômico decorrentes desta contratação serão minimizados através das exigências dispostas nos itens 4.26.2, 4.26.4, 4.26.5, 4.26.6, 4.26.7, 4.26.11 e 4.26.12 do ETP. Atendidas as exigências dispostas nos referidos itens, haverá benefício no meio socioeconômico na prestação de serviço, em específico o item 4.26.12, ao se solicitar a utilização preferencial de mão de obra local.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se como viável a contratação.

Atualizado por:

NEWTON TAKESHI OKUNO

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação

16. Responsáveis

MAIRA MOREIRA RODRIGUES

Coordenador da Equipe - titular

LEANDRO MUNIZ DE ALMEIDA

Coordenador da Equipe - substituto

NEWTON TAKESHI OKUNO

Integrante Requisitante - Membro

ADRIANA MENDES DINIZ

Integrante Requisitante - Membro

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI_ANM - 3375604 - Ordem de Serviço.pdf (193.08 KB)
- Anexo II - Estimativa_diarias___SEREM.pdf (619.17 KB)
- Anexo III - Estimativa_diarias___SEFAM.pdf (610.5 KB)
- Anexo IV - Levantamento(1).xlsx (215.5 KB)
- Anexo V - CATSER-COONNATSOE.pdf (187.05 KB)
- Anexo VI - PGC_2022__versao_Maio.2022_.pdf (35.12 KB)
- Anexo VII - Mapa de Risco - Atualizado.pdf (743.69 KB)
- Anexo VIII - Mapa de Preços - Atualizado.pdf (950.56 KB)

Anexo I - SEI_ANM - 3375604 - Ordem de Serviço.pdf

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO**ORDEM DE SERVIÇO Nº 742, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021**

O GERENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - GER/ANM/RJ, nomeado pela Portaria nº 65, de 08 de fevereiro de 2019, publicada no DOU de 15/02/2019, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da ANM (Resolução nº 02), assim como pela Portaria DIRC nº 32/2019 (Delegação de Competência),

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o prosseguimento da contratação a que se refere o DFD (SEI 3375587), consoante os motivos expostos no item 3 do mencionado documento, a ser processada nos termos da [IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017](#).

Art. 2º Designar os servidores a seguir relacionados para, sobre a coordenação do primeiro, compor a Equipe de Planejamento da Contratação.

Atribuição	Nome Completo	Nº SIAPE	Setor de Lotação	Telefone	E-mail
Integrante Requisitante - Coordenador da Equipe - titular	MAIRA MOREIRA RODRIGUES	1554867	SEADM/RJ	(21) 2272-5703	maira.rodrigues@anm.gov.br
Integrante Requisitante - Coordenador da Equipe - substituto	LEANDRO MUNIZ DE ALMEIDA	1608923	SEADM/RJ	(21) 2272-5704	leandro.almeida@anm.gov.br
Integrante Requisitante - Membro	NEWTON TAKESHI OKUNO	1813968	SEOFI/RJ	(21) 2272-5703	newton.okuno@anm.gov.br
Integrante Requisitante - Membro	ADRIANA MENDES DINIZ	1535954	SEADM/RJ	(21) 2272-5704	adriana.diniz@anm.gov.br

Art. 3º O Planejamento da Contratação consiste na realização das seguintes atividades:

I - Elaborar os Estudos Técnicos Preliminares (ETP);

II - Proceder o levantamento estimado dos quantitativos a serem demandados, caso não tenha sido informado;

III - Realizar Pesquisa Mercadológica (incluso elaboração do Mapa de Preços e Planilha Orçamentária, se for o caso);

IV - Pesquisar Intenção de Registro de Preços - IRP abertas para manifestação de interesse ou Ata de Registro de Preços - ARP para possível adesão, se for o caso;

V - Elaborar o Mapa de Riscos;

VI - Elaborar o Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico (PB) e seus anexos; e

VII - Elaborar o Instrumento de Medição do Resultado (IMR) ou Acordo de Níveis de Serviço (ANS), conforme o caso;

§ 1º Os modelos a serem utilizados devem ter como base os previstos nas normas de regência, padronizados pela Advocacia Geral da União - AGU, quando existentes, estabelecidos pelo Órgão Central do Poder Executivo (SISG/SIASG/SISP) ou os disponibilizados pela Divisão Nacional de Licitações - DINLIC.

§ 2º Deverá constar nos autos justificativa para simplificação dos artefatos de que tratam os incisos deste artigo, sua não elaboração ou a utilização de modelo diferente dos padronizados.

§ 3º Havendo necessidade de assessoramento especial poderão ser designados outros servidores mediante despacho exarado no respectivo processo de contratação.

§ 4º Os membros da Equipe, através do seu Coordenador, poderão solicitar informações as demais áreas da Agência com vistas a subsidiar a elaboração dos artefatos da contratação.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 5º A Equipe de Planejamento será automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO STUTZ SALGUEIRO
Substituto do Gerente Regional



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Stutz Salgueiro, Gerente Regional, Substituto**, em 13/12/2021, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **3375604** e o código CRC **468300DE**.

Anexo II - Estimativa_diarias____SEREM.pdf

Newton Takeshi Okuno

De: Maira Moreira Rodrigues
Enviado em: sexta-feira, 17 de dezembro de 2021 12:09
Para: Newton Takeshi Okuno
Cc: Adriana Mendes Diniz; Leandro Muniz de Almeida
Assunto: ENC: Autorizações para dirigir e perfil contrato motoristas

Prezado Newton,

Encaminho a mensagem abaixo, do Chefe do SEREM/RJ, sobre a estimativa de diárias do referido setor, para o futuro contrato de motoristas.

Att,

Maira Moreira Rodrigues

Chefe do SEADM
Gerência da ANM/RJ

De: Rodrigo Stutz Salgueiro <Rodrigo.Stutz@anm.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 17 de dezembro de 2021 11:29
Para: Maira Moreira Rodrigues <Maira.Rodrigues@anm.gov.br>; Eduardo Alvaro Pinto de Freitas Neto <Eduardo.Freitas@anm.gov.br>; Ana Cecilia Barbosa dos Santos <Ana.Santos@anm.gov.br>
Cc: Leandro Muniz de Almeida <Leandro.Almeida@anm.gov.br>
Assunto: RE: Autorizações para dirigir e perfil contrato motoristas

Prezados(as),

Encaminharei a minha CNH. Até o momento, ninguém do SEREM manifestou interesse.

Quanto às diárias, estimo no máximo 8 para os motoristas.

Atenciosamente,



RODRIGO STUTZ

Chefe do Serviço de Pesquisa e Recursos Minerais

Fone: +55 (21) 2272-5700
rodrigo.stutz@anm.gov.br

Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupos 709 / 713 - Centro
CEP: 20.044-900 - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: +55 (21) 2272-5700

De: Maira Moreira Rodrigues <Maira.Rodrigues@anm.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 13 de dezembro de 2021 19:55
Para: Eduardo Alvaro Pinto de Freitas Neto <Eduardo.Freitas@anm.gov.br>; Rodrigo Stutz Salgueiro <Rodrigo.Stutz@anm.gov.br>; Ana Cecilia Barbosa dos Santos <Ana.Santos@anm.gov.br>
Cc: Leandro Muniz de Almeida <Leandro.Almeida@anm.gov.br>
Assunto: Autorizações para dirigir e perfil contrato motoristas

Prezado Gerente Regional e Chefes de Serviço,

Conforme combinado na reunião da última quarta-feira, informo que foi aberto o processo 48064.000514/2021-80, para nova contratação dos serviços de motorista para a GER/RJ, com as mesmas especificações do último contrato (2 postos de 44h semanais).

Foi feito o Documento de Formalização de Demanda e a Ordem de Serviço de designação da Equipe de Planejamento da Contratação, publicada nesta data. Está sendo elaborado, então, o Estudo Técnico Preliminar e a pesquisa de preços referente ao serviço, às diárias e ao uniforme.

Com relação às diárias, precisamos que seja informado se será mantida a previsão do último contrato, de 26 diárias (com pernoite e jantar), ou se este número deverá ser aumentado ou diminuído, a fim de se adequar à realidade atual das atividades da ANM/RJ.

Foi aberto também o processo 48064.000515/2021-24, para elaboração e assinatura das portarias de autorização para dirigir os veículos oficiais da GER/RJ. Desse modo, solicito que sejam indicados os servidores e empregados públicos que se pretende autorizar, para que possamos confirmar com os mesmos o interesse no referido encargo e solicitar cópia das CNHs.

Segundo o SELOG/RJ, os servidores que possuíam autorização para dirigir, no DNPM, eram: Leandro, Rodrigo Stutz, Eduardo e Willians (além dos servidores que não estão mais lotados na GER/RJ, como Marcos Monteiro e Rodrigo Coutinho).

Att,

Maira Moreira Rodrigues

Chefe do SEADM
Gerência da ANM/RJ

Anexo III - Estimativa_diarias____SEFAM.pdf

Newton Takeshi Okuno

De: Maira Moreira Rodrigues
Enviado em: sexta-feira, 17 de dezembro de 2021 12:11
Para: Newton Takeshi Okuno
Cc: Leandro Muniz de Almeida; Adriana Mendes Diniz
Assunto: ENC: Autorizações para dirigir e perfil contrato motoristas

Prezado Newton,

Encaminho a mensagem abaixo, da Chefe do SEFAM/RJ, sobre a estimativa de diárias do referido setor, para o futuro contrato de motoristas.

Att,

Maira Moreira Rodrigues

Chefe do SEADM
Gerência da ANM/RJ

De: Ana Cecilia Barbosa dos Santos <Ana.Santos@anm.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 15 de dezembro de 2021 17:33
Para: Maira Moreira Rodrigues <Maira.Rodrigues@anm.gov.br>; Eduardo Alvaro Pinto de Freitas Neto <Eduardo.Freitas@anm.gov.br>; Rodrigo Stutz Salgueiro <Rodrigo.Stutz@anm.gov.br>
Cc: Leandro Muniz de Almeida <Leandro.Almeida@anm.gov.br>; Willians Carvalho <Willians.Carvalho@anm.gov.br>
Assunto: RE: Autorizações para dirigir e perfil contrato motoristas

Boa tarde,

Na equipe SEFAM indico os servidores José Raimundo dos Anjos e Willians Carvalho, os quais manifestaram interesse, para dirigir veículos oficiais desta ANM RJ.

O funcionário Mequisedec declarou ter interesse, mas não estar com CNH em dia. Assim sendo, sua autorização poderá ficar para um segundo momento.

Quanto à previsão de diárias mensais, estimo que no máximo fiscalizaríamos duas semanas por mês, 9 diárias para motorista.

Atenciosamente,
Ana Cecília



ANA CECÍLIA BARBOSA DOS SANTOS
Chefe do Serviço de Fiscalização do Aproveitamento Mineral
Gerência Regional da ANM do Rio de Janeiro
Fone: +55 21 2272-5700
ana.santos@anm.gov.br
Avenida Nilo Peçanha, nº 50, sala 709, Centro
CEP 20020-906 – Rio de Janeiro/RJ

De: Maira Moreira Rodrigues <Maira.Rodrigues@anm.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 13 de dezembro de 2021 19:55

Para: Eduardo Alvaro Pinto de Freitas Neto <Eduardo.Freitas@anm.gov.br>; Rodrigo Stutz Salgueiro <Rodrigo.Stutz@anm.gov.br>; Ana Cecilia Barbosa dos Santos <Ana.Santos@anm.gov.br>

Cc: Leandro Muniz de Almeida <Leandro.Almeida@anm.gov.br>

Assunto: Autorizações para dirigir e perfil contrato motoristas

Prezado Gerente Regional e Chefes de Serviço,

Conforme combinado na reunião da última quarta-feira, informo que foi aberto o processo 48064.000514/2021-80, para nova contratação dos serviços de motorista para a GER/RJ, com as mesmas especificações do último contrato (2 postos de 44h semanais).

Foi feito o Documento de Formalização de Demanda e a Ordem de Serviço de designação da Equipe de Planejamento da Contratação, publicada nesta data. Está sendo elaborado, então, o Estudo Técnico Preliminar e a pesquisa de preços referente ao serviço, às diárias e ao uniforme.

Com relação às diárias, precisamos que seja informado se será mantida a previsão do último contrato, de 26 diárias (com pernoite e jantar), ou se este número deverá ser aumentado ou diminuído, a fim de se adequar à realidade atual das atividades da ANM/RJ.

Foi aberto também o processo 48064.000515/2021-24, para elaboração e assinatura das portarias de autorização para dirigir os veículos oficiais da GER/RJ. Desse modo, solicito que sejam indicados os servidores e empregados públicos que se pretende autorizar, para que possamos confirmar com os mesmos o interesse no referido encargo e solicitar cópia das CNHs.

Segundo o SELOG/RJ, os servidores que possuíam autorização para dirigir, no DNPM, eram: Leandro, Rodrigo Stutz, Eduardo e Willians (além dos servidores que não estão mais lotados na GER/RJ, como Marcos Monteiro e Rodrigo Coutinho).

Att,

Maira Moreira Rodrigues

Chefe do SEADM
Gerência da ANM/RJ

Anexo V - CATSER-COONNATSOE.pdf

Catálogo



Busque aqui bens e serviços e crie sua lista para utilização nas contratações públicas

Q

SERVIÇO

UNIDADE DE FORNECIMENTO

Selecione uma unidade de fornecimento

UNIDADE

▼

NATUREZA DA DESPESA

33903401

33903602

33903635

33903701

33903796

33903979

33909234

33909237

33909239

33909302

33913979

44903701

44903979

Voltar

Item de serviço

Código	Nome do Serviço	Ação
15008	Prestação de serviços de motorista	<div>Adicionar</div>

REDES SOCIAIS



NATUREZA DE DESPESA: 33903701

TITULO : APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL

TITULO REDUZIDO : APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO

FUNCAO:

REGISTRA O VALOR DAS APROPRIACOES DAS DESPESAS COM APOIO ADMINISTRATIVO, OPERACIONAL E ASSISTENCIA TECNICA NECESSARIOS A MANUTENCAO DAS A-

VALORIZAVEL : SIM OPERACAO INTERNA: NAO

LANCAMENTO ORGAO : 0 - PERMITE PARA QUALQUER ORGAO

LANCAMENTO UG : 0 - PERMITE PARA QUALQUER UG

INCOMPATIVEL COM AS MODALIDADES DE LICITACAO: 01

ND SICONFI: 33903700

TITULO ND SICONFI: LOCACAO DE MAO-DE-OBRA

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=EXPANDE FUNCAO PF9=CONRELND PF12=RETORNA

16/12/21 09:03

USUARIO : NEWTON

PAGINA: 001

CODIGO: 33903701 - APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL

FUNCAO

REGISTRA O VALOR DAS APROPRIACOES DAS DESPESAS COM APOIO ADMINISTRATIVO, OPERACIONAL E ASSISTENCIA TECNICA NECESSARIOS A MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ORGAO, NOS CASOS EM QUE O CONTRATO ESPECIFIQUE O QUANTITATIVO FISICO DO PESSOAL A SER UTILIZADO.

ASSISTENCIA TECNICA - CAPINA - JARDINAGEM - OPERADORES DE MAQUINA - MOTORISTAS - RECEPCIONISTAS - SERVICOS AUXILIARES E OUTROS

FIM

PF3=SAI PF12=RETORNA

Anexo VI - PGC_2022__versao_Maio.2022_.pdf

PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES
PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES: 2022

1. INFORMAÇÕES DA UNIDADE

- a. Nome do Órgão: 032396 - AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
- b. UASG: 323113 - GERÊNCIA REGIONAL DA ANM
- c. Data da geração do relatório: 02/05/2022 09:38:59

2. RESUMO DO PLANO

Tipo de item	Quantidade de itens	%	Valor total estimado (R\$)	%
Materias	4	22.222222222222	R\$ 4.502,00	22.222222222222
CONSUMO	4	100	R\$ 4.502,00	100
Serviços	14	77.777777777778	R\$ 1.251.140,42	77.777777777778
CONTINUADO	10	33.333333333333	R\$ 1.226.801,92	33.333333333333
NÃO CONTINUADO	2	33.333333333333	R\$ 13.000,00	33.333333333333
PRAZO INDETERMINADO	2	33.333333333333	R\$ 11.338,50	33.333333333333
Obras	0	0	0	0
Serviços de Engenharia	0	0	0	0
Soluções de TIC	0	0	0	0
Total Geral	18	-	1.255.642,42	-

3. DETALHAMENTO DO PLANO

3.1 MATERIAIS

UASG	Nº Item	Tipo de item	Subitem	Código do item	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessidades orçamentárias	Valor total estimado (R\$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grau de prioridade	Data desejada	Renovação de contrato
323113	1	Material	CONSUMO	463997	AÇÚCAR	Não	R\$ 306,00	R\$ 306,00	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	2	Material	CONSUMO	407523	ADOÇANTE	Não	R\$ 288,00	R\$ 288,00	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	4	Material	CONSUMO	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL	Não	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	3	Material	CONSUMO	463591	CAFÉ	Não	R\$ 1.708,00	R\$ 1.708,00	Não		Alta	01/01/2022	NÃO

3.2 SERVIÇOS

UASG	Nº Item	Tipo de item	Subitem	Código do item	Descrição	Despesa informada é somente para vincular aos aspectos/necessidades orçamentárias	Valor total estimado (R\$)	Valor orçamentário estimado para o exercício (R\$)	Participação de recursos externos	Ação orçamentária	Grau de prioridade	Data desejada	Renovação de contrato
323113	14	Serviço	CONTINUADO	17426	CONDOMINIO - GERENCIA MANUTENCAO DE IMOVEL ADMINISTRACAO	Não	R\$ 540.000,00	R\$ 540.000,00	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	5	Serviço	CONTINUADO	14630	ESTACIONAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES - GERENCIA CONTROLE	Não	R\$ 37.600,00	R\$ 37.600,00	Não		Alta	01/03/2022	NÃO
323113	7	Serviço	NÃO CONTINUADO	17132	HIGIENIZACAO DE ARTIGOS DE TECIDOCOUROESTOFAMENTO	Não	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	17	Serviço	CONTINUADO	26735	OUTSOURCING DE IMPRESSAO - LOCACAO DE EQUIPAMENTO - MONOCROMATICO A4 ATE 30 PPM	Não	R\$ 9.840,00	R\$ 9.840,00	Não		Alta	01/01/2022	SIM
323113	18	Serviço	CONTINUADO	26778	OUTSOURCING DE IMPRESSAO - LOCACAO DE EQUIPAMENTO - POLICROMATICO A4 DE 26 A 40 PPM	Não	R\$ 18.720,00	R\$ 18.720,00	Não		Alta	01/01/2022	SIM
323113	6	Serviço	NÃO CONTINUADO	2771	AR CONDICIONADO - MANUTENCAO DE SISTEMAS LIMPEZA	Não	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	15	Serviço	CONTINUADO	26638	OUTSOURCING DE IMPRESSAO - PAGINAS A3 - POLICROMATICO - DENTRO DA FRANQUIA SEM PAPEL	Não	R\$ 8.040,00	R\$ 8.040,00	Não		Alta	01/01/2022	SIM
323113	16	Serviço	CONTINUADO	26573	OUTSOURCING DE IMPRESSAO - PAGINAS A4 - MONOCROMATICO - DENTRO DA FRANQUIA SEM PAPEL	Não	R\$ 6.600,00	R\$ 6.600,00	Não		Alta	01/01/2022	SIM
323113	13	Serviço	CONTINUADO	23329	PRESTACAO DE SERVICO DE LIMPEZA E CONSERVACAO - AREAS INTERNAS - 44 HORAS SEMANAIS DIURNAS - PRODUTIVIDADE 600 M2	Não	R\$ 57.600,00	R\$ 57.600,00	Não		Alta	01/01/2022	SIM
323113	10	Serviço	CONTINUADO	15008	PRESTACAO DE SERVICOS DE MOTORISTA	Não	R\$ 142.346,40	R\$ 142.346,40	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	19	Serviço	CONTINUADO	8729	PRESTACAO DE SERVICOS DE PORTARIA RECEPCAO	Não	R\$ 106.403,88	R\$ 106.403,88	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	20	Serviço	CONTINUADO	5380	PRESTACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	Não	R\$ 299.651,64	R\$ 299.651,64	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	9	Serviço	PRAZO INDETERMINADO	16195	RECOLHIMENTO DE TAXA IMPOSTO MULTA	Não	R\$ 602,00	R\$ 602,00	Não		Alta	01/01/2022	NÃO
323113	8	Serviço	PRAZO INDETERMINADO	16195	RECOLHIMENTO DE TAXA IMPOSTO MULTA	Não	R\$ 10.736,50	R\$ 10.736,50	Não		Alta	01/01/2022	NÃO

3.3 OBRAS

Não existem itens desse tipo no plano.

3.4 SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Não existem itens desse tipo no plano.

3.5 SOLUÇÕES DE TIC

Não existem itens desse tipo no plano.

Total: 18 item(s)
 Valor total dos itens: **R\$ 1.255.642,42**

Anexo VII - Mapa de Risco - Atualizado.pdf



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N 12º Andar, Edifício CNC III - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-020
Telefone: (61) 3312-6611
Site: www.anm.gov.br

MAPA DE RISCO IN 5/2017

Processo: 48064.000514/2021-80

Este documento serve essencialmente para identificar os principais riscos que permeiam o procedimento e as ações para controle, prevenção e mitigação dos potenciais impactos capazes de comprometer os resultados esperados com a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de motorista, para atender as necessidades da Gerência Regional da ANM no Rio de Janeiro - GER/ANM/RJ, abrangendo às seguintes etapas:

- I - planejamento da Contratação;
- II - seleção do Fornecedor; e
- III - gestão do Contrato.

RISCO 1 – Especificação deficiente do objeto ou das condições de execução e recebimento				
Probabilidade		() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id	Dano			
1	Os resultados esperados não serão alcançados ou os serão de forma que não atendem às necessidades que justificou a contratação.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: Área Demandante / Equipe de Planejamento da Contratação		
1	Definir com precisão os requisitos do objeto a ser contratado, as condições de execução, entrega e recebimento, assim como os resultados almejados apontados no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro que lhe substitua. Realizar audiências interna ou externa para identificar situações condicionantes ou limitadoras do alcance dos resultados.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLOG / NUAL-RJ / CONLIC / SGA		
2	Designar servidores da área demandante, usuários do objeto a ser adquirido, para integrarem a Equipe de Planejamento da Contratação. Designar servidores com sólidos conhecimentos técnicos do objeto a ser adquirido, para integrarem a Equipe de Planejamento da Contratação. Designar servidores com sólidos conhecimentos administrativos em contratações públicas para integrarem a Equipe de Planejamento da Contratação. Na ausência de servidores habilitados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação, proporcionar as capacitações necessárias.			
Id	Ação de Contingência	Responsável: Área Demandante / Equipe de Planejamento da Contratação		
1	Analisar os requisitos não contemplados na especificação do objeto, o impacto de sua não execução, bem como a possibilidade da utilização do instituto do termo aditivo, dentro dos limites permitidos na legislação, para realização dos serviços complementares, considerados essenciais.			

RISCO 2 – Possibilidade de demora na contratação				
Probabilidade	() Baixa	() Média	(X) Alta	
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta	
Id	Dano			
1	Interrupção da prestação dos serviços essenciais da ANM/RJ			
Id	Ação Preventiva	Responsável: Área Demandante / Equipe de Planejamento da Contratação		
1	Trabalhar de forma a otimizar os trabalhos, priorizando a elaboração dos artefatos, observando os prazos de conclusão.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLOG / NUAL-RJ / CONLIC / SGA		
2	Designar servidores da área demandante, usuários do objeto a ser adquirido, para integrarem a Equipe de Planejamento da Contratação. Designar servidores com sólidos conhecimentos técnicos do objeto a ser adquirido, para integrarem a Equipe de Planejamento da Contratação. Designar servidores com sólidos conhecimentos administrativos em contratações públicas para integrarem a Equipe de Planejamento da Contratação. Na ausência de servidores habilitados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação, proporcionar as capacitações necessárias.			
Id	Ação de Contingência	Responsável: Área Demandante / Equipe de Planejamento da Contratação		
1	Analisar artefatos elaborados por outros órgãos públicos com maior maturidade no tipo de contratação, analisando a modelagem dos itens, os requisitos, exigências e condições para prestação, acompanhamento e recebimento dos serviços.			

RISCO 3 – Levantamento impreciso da demanda existente				
Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta	
Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta	
Id	Dano			
1	Não atendimento da demanda existente. Resultados não alcançados na sua totalidade. Comprometimento inadequado do orçamento.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: Área demandante / Equipe de Planejamento da Contratação		
1	Levantamento minucioso e criterioso dos reais quantitativos necessários para atendimento da demanda			
Id	Ação de Contingência	Responsável: Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / NUAL-RJ		
1	Comunicar a CONC e a DINGAC para verificar possibilidade de ajustes respeitando-se os limites permitidos, elaborando-se eventual termo aditivo			

RISCO 4 – Estimativa de preços inadequada				
---	--	--	--	--

Probabilidade		(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id	Dano			
1	Não acudirem interessados ao procedimento de contratação ou o mesmo resultar em prejuízos ao erário, em caso de sobrepreço.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação / Pregoeiro		
1	Realizar pesquisas de mercado no Pannel de Preços, junto a outros órgãos públicos com contratações similares, em sítios eletrônicos e com fornecedores do ramo, potenciais prestadores dos serviços demandados.			
Id	Ação de Contingência	Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação / Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC		
1	No caso de reconhecimento da situação anterior a etapa de adjudicação, o procedimento deve retornar à fase de planejamento da contratação para as medidas saneadoras. Em situações posteriores à assinatura do contrato e com pagamentos já efetuados, deverá ser realizado levantamento pormenorizado dos valores pagos com vistas a identificar possível enriquecimento sem causa de alguma das partes.			

RISCO 5 – Equipe de planejamento da contratação sem os requisitos necessários para elaborar os artefatos				
Probabilidade		() Baixa	() Média	(x) Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id	Dano			
1	Artefatos falhos, incompletos ou inconsistente, serviços prestados fora das especificações que atendam as necessidades que justificaram a contratação, resultados esperados não serão alcançados, atrasos na prestação dos serviços ou trabalho adicional para a Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLOG / NUAL-RJ / CONLIC / SGA		
1	Indicar / designar para compor a Equipe de Planejamento da Contratação integrantes da área demandante, usuários do objeto da contratação, integrantes com sólidos conhecimentos técnicos naquilo que se pretende adquirir e integrante experiente no processamento de contratações públicas. Prever programa continuado de capacitação de servidores para compor equipes de planejamento de contratações, bem como evitar o acúmulo de atribuições.			
Id	Ação de Contingência	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLOG / NUAL-RJ / CONLIC / SGA		
1	Incluir / substituir membros da equipe de planejamento da contratação de acordo com os perfis necessários à elaboração satisfatória dos artefatos.			

RISCO 6 – Equívocos na elaboração do Edital e seus anexos, combinado com análise jurídica falha			
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta
Id	Danos		
1	Exigências editalícias inconsistentes, inobservância de dispositivos legais e jurisprudenciais, impugnações ao Edital, recursos administrativos, atrasos no início da prestação dos serviços		
Id	Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLOG / NUAL-RJ / CONLIC / SGA	
1	Prever programa continuado de capacitação de servidores responsáveis pela elaboração de editais e seus anexos, bem como evitar o acúmulo de atribuições		
Id	Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLOG / NUAL-RJ / CONLIC / SGA	
2	Utilizar modelos padronizados pela Advocacia Geral da União. Buscar conhecer melhor o objeto a ser contratado e a forma como comumente é fornecido/prestado no mercado. Manter-se atualizado das alterações dos normativos legais relativos as contratações públicas e dos entendimentos dos órgãos de controle. Acompanhar as orientações expedidas pelo órgão central do poder executivo através do portal de compras governamentais.		
Id	Ação de Contingência	Responsável: Pregoeiro / Equipe de Apoio / Assessoria Jurídica	
1	Apreciar as interposições de impugnações ou recursos. Rever os atos praticados fora dos ditames legais, anulá-los e determinar sua regularização.		

RISCO 7 – Impugnação do Edital				
Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta	
Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta	
Id	Dano			
1	Atrasos no processo de contratação.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: Área demandante / Equipe de Planejamento da Contratação		
1	Analisar impugnações apresentadas em outros certames com objeto semelhantes disponíveis no Portal de Compras Governamentais, e se for o caso, realizar os ajustes julgados procedentes no Termo de Referência			
Id	Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLIC		
2	Analisar impugnações apresentadas em outros certames com objeto semelhantes disponíveis no Portal de Compras Governamentais, e se for o caso, realizar os ajustes julgados procedentes no Instrumento Convocatório			
Id	Ação de Contingência	Responsável: Pregoeiro e Equipe de Apoio		
1	Priorizar a análise e resposta aos pedidos de impugnação.			

RISCO 8 – Falha na seleção do fornecedor/prestador de serviço				
Probabilidade		(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id	Danos			
1	Aceitação de proposta que não representa a melhor vantagem para a administração, habilitação de empresa em desacordo com as cláusulas do edital, recursos administrativos, serviços prestados fora das especificações requeridas, resultados esperados não serão alcançados, atrasos no início da prestação dos serviços ou trabalho adicional para a Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLOG / CONLIC / SGA		
1	Prover programa continuado de capacitação e atualização dos pregoeiros e equipes de apoio			
Id	Ação Preventiva	Responsável: Pregoeiro e Equipe de Apoio		
2	Conhecer os termos do edital e seus anexos Fazer o uso de formalismo moderado em consonância com orientações do TCU, a fim de selecionar a proposta com melhor preço Submeter os documentos e propostas recebidas a uma segunda instância de apreciação nos casos que suscitarem dúvidas.			
Id	Ação de Contingência	Responsável: Pregoeiro / Equipe de Apoio / Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / Assessoria Jurídica		

1	Apreciar as interposições de recursos. Reexaminar os documentos apresentados no certame. Rever os atos praticados fora dos ditames legais, anulá-los e determinar sua regularização. Quando possível, voltar a fase no sistema eletrônico do pregão.
---	--

RISCO 9 – Objeto não adjudicado em razão de lances superiores ao custo estimado de referência			
Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta
Id	Dano		
1	Atrasos no processo de contratação.		
Id	Ação Preventiva	Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação / Pregoeiro	
1	Certificar-se de que os preços de referência estão compatíveis com os praticados no mercado, e que foram obtidos combinando parâmetros de várias fontes (Painel de Preços, contratações similares de outros entes públicos, sites especializados e junto a fornecedores).		
Id	Ação de Contingência	Responsável: Pregoeiro / Área demandante / Equipe de Planejamento da Contratação	
1	Convocar os licitantes melhores classificados para negociar seus melhores lances aos valores de referência. Não havendo êxito, realizar nova pesquisa mercadológica.		

RISCO 10 – Licitante declarada vencedora não celebrar o Contrato			
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	(x) Média	() Alta
Id	Danos		
1	Atraso no início da prestação dos serviços.		
Id	Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLIC	
1	Prever sanções no edital para os casos em que a licitante declarada vencedora do certame não atender a convocação para assinatura da Ata ou do Contrato.		
Id	Ação Preventiva	Responsável: Pregoeiro	
2	Alertar as licitantes durante a sessão pública do pregão para as sanções previstas no edital para o caso não atender a convocação para assinar a Ata ou celebrar o Contrato.		
Id	Ação de Contingência	Responsável: Pregoeiro / CONC / SGA	
1	Convocar a próxima licitante, pela ordem de classificação, a celebrar o contrato nas mesmas condições da empresa declarada vencedora, ou empreender novo processo licitatório. Autuar processo de aplicação de penalidade a licitante que não celebrou o contrato.		

RISCO 11 - Empresa contratada sem a infraestrutura necessária, ou a devida experiência				
Probabilidade		() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id		Dano		
1		Contratar empresa com sem capacidade técnica para execução dos serviços com abrangência em todo o país ou sem a devida experiência, provocando atrasos na execução dos serviços.		
Id		Ação Preventiva	Responsável: Área demandante / Equipe de Planejamento da Contratação / SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONLIC	
1		Fazer constar no edital exigência da licitante apresentar atestados de capacidade técnico-operacional que comprovem experiência anterior na execução dos serviços objeto da contratação. Fazer constar no edital exigência da licitante apresentar declaração de que dispõe da infraestrutura necessária para receber e atender as demandas da contratante, nos níveis de qualidade exigidos.		
Id		Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONC / SGA	
2		Designar equipe proativa e capacitada para fiscalização e acompanhamento de contrato		
Id		Ação de Contingência	Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / CONC / SGA	
1		Notificar a contratada das ocorrências referente às inconformidades observados em relação aos compromissos assumidos. Aplicar as penalidades cabíveis nos casos de reincidência ou de não atendimento das exigências da fiscalização nos prazos estabelecidos. Rescindir o contrato caso as medidas anteriores não se mostrem suficientes.		

RISCO 12 - Serviços de baixa qualidade sem adoção dos procedimentos estabelecidos, combinado com acompanhamento e fiscalização deficientes				
Probabilidade		() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id		Dano		
1		Significativos prejuízos à prestação do serviço público, mister da ANM, colocando em risco a segurança de pessoas e bens, com reflexos no índice de insatisfação dos cidadãos usuários e da sociedade em geral.		
Id		Ação Preventiva		
		Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / CONC / SGA		
1		Designar equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato com perfil proativo, assim como proporcionar os meios e as condições necessárias à sua atuação, capacitando seus membros, especialmente no que concerne a IN 5/2017-SEGES/MPDG, e evitando o acúmulo de atribuições durante o período da designação.		
Id		Ação Preventiva		
		Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC		
2		Montar plano de trabalho de forma a acompanhar o andamento dos serviços de forma rotineira e sistemática, registrando em documento próprio todas as inconsistências verificadas, notificando a contratada a cada ocorrência verificada, e exigindo o fiel cumprimento das obrigações assumidas. Quando for o caso, solicitar a substituição da mão de obra considerada incapaz/inabilitada.		
Id		Ação de Contingência		
		Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / DINPAS / CONC / SGA		
1		Autuar processo de aplicação de sanções administrativas cabíveis à contratada. Descontar dos valores devidos a contratada o percentual previsto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) referente às falhas observadas na execução dos serviços. Suspender a execução dos serviços em casos reincidência ou de não atendimento as notificações da equipe de fiscalização. Substituir a equipe de fiscalização ou exigir a troca do preposto da contratada. Rescindir o contrato caso as medidas não surtam efeito.		

RISCO 13 – Interrupção ou impedimento da continuidade da prestação dos serviços			
---	--	--	--

Probabilidade		() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id		Dano		
1		Comprometimento do funcionamento das atividades que apoiam o cumprimento da missão institucional da ANM, com significativos prejuízos a prestação do serviço público, colocando em risco a segurança de pessoas e bens, com reflexos no índice de insatisfação dos cidadãos usuários e da sociedade em geral.		
Id		Ação Preventiva	Responsável: SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / SGA	
1		Atuar no sentido de garantir a provisão dos recursos orçamentários e financeiros constantes nos instrumentos de planejamento da Gerência da ANM/RJ		
Id		Ação Preventiva	Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC	
2		Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada através de consulta aos sistemas de cadastro de sanções de maneira a identificar antecipadamente possíveis impedimentos que possam obstar a manutenção da avença.		
Id		Ação de Contingência	Responsável: SGA	
1		Proceder remanejamento orçamentário, suspendendo a execução de outros serviços/contratações.		
Id		Ação de Contingência	Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / DINPAS / SGA	
2		Autuar processo de aplicação de sanções administrativas para os casos de interrupção dos serviços por culpa da contratada. Convocar os licitantes remanescentes para assumir os serviços nas mesmas condições do licitante vencedor e caso não se manifestem interessados celebrar contrato emergencial com empresa do ramo.		

RISCO 14 – Impedimento da contratada em prorrogar o contrato em razão de penalidade aplicada por outro entre público.				
Probabilidade		(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id	Dano			
1	Comprometimento da execução das atividades necessárias ao bom funcionamento do órgão e que apoiam o cumprimento da missão institucional da ANM, com significativos prejuízos a prestação do serviço público, colocando em risco a segurança de pessoas e bens, com reflexos no índice de insatisfação dos cidadãos usuários e da sociedade em geral.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / CONC		
1	Monitoramento das condições de habilitação da contratada, bem como iniciar os procedimentos relativos a renovação da vigência contratual, a cada pagamento de nota fiscal			
Id	Ação de Contingência	Responsável: CONC / SGA		
1	Convocar as licitantes remanescentes para assumir o contrato nas condições pactuadas com a vencedora do certame ou empreender novo processo licitatório.			

RISCO 15 – Descumprimento de Cláusulas Contratuais				
Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta	
Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta	
Id	Dano			
1	Atrasos, serviços incompletos ou não realizados, imperfeição na execução das tarefas e prejuízos ao erário.			
Id	Ação Preventiva	Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / CONC		
1	Reuniões periódicas com o preposto da contratada, expedição de notificações com prazo de cumprimento, proposição de aplicação de penalidades de advertência e multa e pagamento vinculado aos resultados estabelecidos no Instrumento de Medição do Resultado (IMR), ou outro que lhe substitua.			
Id	Ação de Contingência	Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / DINPAS / CONC / SGA		
1	Autuar processo para aplicação de sanções administrativas cabíveis à contratada. Pagamento conforme percentual previsto no Instrumento de Medição do Resultado (IMR), referente às metas alcançadas. Desconto dos valores devidos à contratada decorrentes da aplicação da penalidade de multa, quando não quitadas na prazo estabelecido. Rescindir o contrato caso as medidas não surtam efeito.			

RISCO 16 – Atrasos no repasse de recursos financeiros para pagamentos a contratada			
Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(x) Alta
Id	Dano		
1	Prejuízos a boa execução dos serviços, atrasos no repasse a rede credenciada, descumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas, previdências e sociais por parte da empresa contratada, faltas ou atrasos na disponibilização de insumos necessários à prestação dos serviços. Possibilidade de suspensão do contrato por parte da Contratada nos atrasos superiores a 90 (noventa) dias.		
Id	Ação Preventiva	Responsável: SGA / CONEOF / SEADM/RJ (antes do novo regimento interno)	
1	Planejar o cronograma de desembolso do exercício, solicitar tempestivamente os recursos necessários para o adimplimento das obrigações financeiras decorrentes do contrato em vigor.		
Id	Ação de Contingência	Responsável: SGA / CONEOF	
1	Realizar gestões junto às instâncias competentes para liberação dos recursos. Suspender a avença quando o atraso for superior a 90 dias, decorrente de solicitação da contratada. Providenciar complementação de recursos para cumprimento das obrigações contratuais assumidas, junto aos órgãos responsáveis.		

RISCO 17 – Abandono dos serviços ou desinteresse em renovar o contrato por parte da empresa contratada				
Probabilidade		() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id		Dano		
1		Comprometimento do funcionamento da Gerência da ANM/RJ e das atividades que apoiam o cumprimento da missão institucional da ANM, com significativos prejuízos à prestação do serviço público, colocando em risco a segurança de pessoas e bens, com reflexos no índice de insatisfação dos cidadãos usuários e da sociedade em geral.		
Id		Ação Preventiva		
1		Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC		
1		Monitorar as condições de habilitação da empresa contratada, em especial o cumprimento tempestivo das obrigações tributárias, trabalhistas, previdências e sociais. Considerar os sinais que refletem o desinteresse da empresa em manter a avença. Manter permanente contato com o preposto da empresa afim de sanar as questões incontroversas relativas à execução contratual.		
Id		Ação de Contingência		
1		Responsável: DINGAC / SGA		
1		Negociar com a empresa a manutenção do contrato até a conclusão de nova licitação, de forma que não haja interrupção da prestação dos serviços.		

RISCO 18 - Atrasos ou falta de pagamento dos salários, contribuições sociais, trabalhistas ou previdenciárias (descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS)				
Probabilidade		() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id		Dano		
1		Responsabilização subsidiária da unidade contratante por culpa <i>in eligendo</i> ou <i>in vigilando</i> .		
Id		Ação Preventiva		
		Responsável: Área demandante / Equipe de Planejamento da Contratação / SEADM/RJ (antes do novo regimento interno) / Pregoeiro / CONLIC		
1		Fazer constar no edital exigência quanto a comprovação da boa capacidade econômico-financeira da licitante, mediante apresentação da relação de compromissos assumidos, acompanhado de balanços, demonstrações e índices contábeis para fins de análise do Pregoeiro e equipe de apoio. Prever no Instrumento Convocatório o uso de conta vinculada para provisionamento de valores referentes ao pagamento de férias, 13º salário e rescisão trabalhista. Prever na minuta do futuro contrato que quando da celebração do termo a licitante deve autorizar a Administração a fazer o desconto nas faturas e pagar os salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como recolher as contribuições previdenciárias e do FGTS. Fazer constar no edital a aplicação de sanções para cada situação de atrasos ou não cumprimento de prazos referentes a quitação das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, além de glosa nas faturas conforme previsão a ser inserida no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).		
Id		Ação Preventiva		
		Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC		
2		Análise sistemática e rotineira dos comprovantes de cumprimento das obrigações sociais, previdenciárias, FGTS, salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados, bem como expedir notificação à contratada nos casos de verificação de atrasos ou não cumprimento de obrigações legais.		
Id		Ação de Contingência		
		Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / DINPAS / CONEOF / SGA		
1		Autuar processo de aplicação de sanções administrativas. Autorizar a retenção de valores devidos a contratada e depositá-los cautelarmente junto à Justiça do Trabalho ou diretamente aos terceirizados. Verificar possibilidade de rescisão contratual, garantido o contraditório e ampla defesa, se verificado atraso salarial de pagamento.		

RISCO 19 - Redução da Carga Horária prevista em CCT				
Probabilidade		() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id		Dano		
1		O contrato a ser realizado prevê a carga horária de 44 horas semanais sem previsão de horas extras. Caso a carga horária seja reduzida por CCT de 44 horas semanais para 36 horas semanais, haverá impacto no contrato, que não prevê 36 horas semanais com hora extra, e que poderá acarretar em eventual rescisão de contrato. Além disso, mesmo que não fosse permitida a realização de horas extras, poderia ocorrer demanda de horário de trabalho semanal de 40 horas durante uma viagem, dada a carga horária dos servidores, o que traria problemas à administração.		
Id		Ação Preventiva	Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / Pregoeiro / Equipe de Apoio	
1		Acompanhar mudanças nas cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho vinculada ao contrato. Verificar CCT utilizada pela licitante durante o certame.		
Id		Ação de Contingência	Responsável: Equipe de fiscalização e acompanhamento do contrato / DINGAC / SGA / Assessoria Jurídica	
1		Encaminhar à PFE para análise jurídica de possibilidade de alteração contratual ou de rescisão contratual		

RISCO 20 - Publicação de nova CCT entre o SINDICARGA-RJ (33.822.057/0001-25) e o SINTRUCAD-RJ (10.635.706/0001-83) antes ou durante a etapa de lances, o que permitiria que uma licitante cuja atividade preponderante fosse do sindicato patronal SINDICARGA-RJ (33.822.057/0001-25) utilizasse essa nova CCT.				
Probabilidade		() Baixa	() Média	(x) Alta
Impacto		() Baixa	() Média	(x) Alta
Id		Dano		
1		O principal item de custo em contratos de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador é a remuneração dos empregados que serão alocados na execução da atividade, acrescido dos encargos sociais e trabalhistas. Portanto, a Administração, ao utilizar a CCT com menor piso salarial e auxílio-alimentação como parâmetro de estimativa de valor da contratação, pode acabar por limitar a concorrência para somente empresas cuja atividade preponderante fosse pertencente ao sindicato patronal SINFREJR (29.212.925/0001-88). Explica-se que há a possibilidade de que uma licitante apresente uma proposta que utilize uma eventual nova CCT do SINDICARGA-RJ (33.822.057/0001-25) e, dada as diferenças salariais e de benefícios entre as CCTs, essa proposta ultrapasse o valor estimado pela administração ou mesmo que a proposta, após adequação ao valor estimado pela administração, seja considerada inexecuível. Tal fato reduziria a competitividade do procedimento licitatório e poderia, em último caso, gerar impugnação do certame.		
Id		Ação Preventiva		
		Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação / Pregoeiro e Equipe de Apoio		
1		Acompanhar eventual publicação da CCT do SINDICARGA-RJ (33.822.057/0001-25) x SINTRUCAD-RJ (10.635.706/0001-83) antes da fase de lances. Adotar, em vez dos percentuais de 6% de custos indiretos e 6,79% de lucro apresentados nesse caderno, os percentuais de custos indiretos e de lucro recomendados pela NOTA TÉCNICA Nº 1/2007 – SCI/CAF (SEI 4755175), da Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal, que também são utilizados pelo STJ (SEI 4755229 - fl. 87), para fins da estimativa de preço, considerados em 5% - custos indiretos - e 10% - lucro, resultando em limite de BDI (BDI = [(1 + CI) x (1+Lucro)/(1-(soma dos tributos))]) - 1) de 26,44% para regime de incidência cumulativa de PIS e COFINS e 34,69% para o regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS.		
Id		Ação de Contingência		
		Responsável: Pregoeiro e Equipe de Apoio/Equipe de Planejamento da Contratação.		
1		Caso haja publicação de nova CCT do SINDICARGA-RJ (33.822.057/0001-25) x SINTRUCAD-RJ (10.635.706/0001-83) antes da fase de lances, adiar/suspender o certame, refazer planilha de custos e realizar nova publicação com novo valor de referência.		

Primeira versão elaborada por:

MAIRA MOREIRA RODRIGUES

Integrante Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação

SEADM/RJ

LEANDRO MUNIZ DE ALMEIDA
Integrante Coordenador Substituto da Equipe de Planejamento da Contratação
SEADM/RJ

NEWTON TAKESHI OKUNO
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação
SEOFI/RJ

ADRIANA MENDES DINIZ
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação
SEADM/RJ

Atualizado por:

NEWTON TAKESHI OKUNO
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Newton Takeshi Okuno, Analista Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 19/08/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **4757598** e o código CRC **0B56D705**.

Referência: Processo nº 48064.000514/2021-80

SEI nº 4757598

Criado por [newton.okuno](#), versão 36 por [newton.okuno](#) em 19/08/2022 11:35:44.

Anexo VIII - Mapa de Preços - Atualizado.pdf



MAPA DE PREÇOS Nº 593/2022/SEORC/ANM

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Motorista

Em atenção a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 73, de 2020 (lei 8.666/93) segue abaixo procedimentos utilizados na realização da pesquisa de preços:

Período de Realização da Pesquisa de Preços:

A presente Pesquisa de Preços foi realizada no período de: 18/07/2022 à 02/08/2022.

A) Pesquisa de valores de pernoite:

A.1) Parâmetros Utilizados na Pesquisa de Preços:

A.1.1) Conforme estabelecido na IN SEGES/ME nº 73, de 2020, informo que o(s) valor(es) obtidos na presente Pesquisa de Preços é(ão) oriundo(s) da utilização do(s) seguinte(s) parâmetro(s) como fonte de pesquisa:

A.1.1.1) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Art. 5º, Inciso III, do IN nº 73/2020) (SEI 4543919/4543940);

A.1.1.1.1) Os preços de pernoite obtidos através de consulta a Sítios Eletrônicos Especializados utilizaram filtros específicos para cada município, informados na Planilha Levantamento Custos - Pernoite - 23/07/2022 (SEI 4543949) - Aba "Inc. III - Sítios eletrônicos";

A.1.1.1.2) Foram obtidos 155 (cento e cinquenta e cinco) valores de pernoite de hotéis, juntados aos autos sob o Doc. SEI nº (4543919/4543940);

A.1.1.2) Pesquisa com os fornecedores (Art. 5º, Inciso IV, do IN nº 73/2020) (SEI 4543675/4543678/4543682/4543687/4543692/4543695) mediante formalização de 47 (quarenta e sete) pedidos de cotação de preços, sendo recebidas 17 (dezesete) respostas, juntadas aos autos sob o Doc. SEI nº (4543675/4543678), e das quais 04 (quatro) respostas apresentaram insuficiência de informação;

A.1.1.2.1) Foram realizadas consultas de Situação Cadastral dos CNPJs das hospedagens na página da Receita Federal;

A.1.1.2.2) O detalhamento de informação de data de envio do e-mail, recebimento da resposta do e-mail, CNPJ, endereço, valor da diária se encontra presente na Planilha Levantamento Custos - Pernoite - 23/07/2022 (SEI 4543949) - Aba "Inc. IV - Pesquisa Direta";

A.1.1.3) Verificou-se que os sites próprios dos hotéis consultados na antiga planilha de Levantamento de Custos de Pernoite - 21/01/2022 (SEI 3528531) possuem valores de pernoite desatualizados. Portanto, foi realizada consulta direta com os hotéis;

A.1.2) O levantamento de valores de diárias de pernoite considera a informação fornecida pela área técnica de que não necessariamente o local de pernoite é o local da ação realizada e que, na inexistência de hospedagem no município a preços razoáveis, o pernoite é realizado em outro município com menor preço de pernoite. Portanto, foram consideradas as amostragens por Região Geográfica imediata para composição de, no menos, 03 valores de diárias;

A.1.3) A pesquisa resultou em 168 (cento e sessenta e oito) valores de pernoite no Estado do Rio de Janeiro.

A.2) Critérios de aceitabilidade dos valores pesquisados:

A.2.1) A análise estatística por Região Geográfica imediata foi realizada somente para efeito de identificação de discrepâncias regionais. Considerando que as quantidades de valores de diárias obtidas por região geográfica imediata não são iguais para todas as regiões, o que influencia no cálculo da média dada a diferença entre a média global e a média das médias das regiões geográficas imediatas, foi utilizado todo o conjunto de preços, formando um banco único de preços, para a análise estatística para definição do preço médio;

A.2.2) Foi utilizado o Método de Tukey, que define os limites superior (LS = Q3 + 1,5 * IQR) e inferior (LI = Q1 - 1,5 * IQR) a partir da diferença interquartil (IQR), sendo considerados outliers os dados que estiverem fora desses limites. Nos termos da IN 73/2020, foram considerados valores inconsistentes / inaceitáveis os valores abaixo do limite inferior e excessivamente elevados os valores acima do limite superior, não havendo, no entanto, identificação de outliers;

A.2.3) Após verificação de valores inconsistentes / inaceitáveis, verificou-se que % Coeficiente de Variação foi de 25,5%, ou seja, superior a 25% e, portanto, há a indicação da presença de valores heterogêneos mesmo após a verificação de valores inconsistentes / inaceitáveis. Logo, é recomendável a utilização da mediana como critério de definição do preço médio;

A.2.4) A análise dos dados se encontra na Planilha Levantamento Custos - Pernoite - 23/07/2022 (SEI 4543949).

A.3) Registra-se que a metodologia utilizada para apuração do custo unitário de pernoite (Pernoite) foi a Mediana dos resultados obtidos em cada fonte pesquisada acima.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO									
PESQUISA DE PREÇO DE PERNOITE (Período de Verificação: 18/07/2022 a 22/07/2022)									
Fontes de Consulta: Sítios Eletrônicos Especializados; Pesquisa direta com fornecedores									
Observação	Região geográfica intermediária	Região geográfica imediata	Quantidade de Preços (n)	Mínimo	Máximo	Média	DP	%CV	Mediana
Somente para efeito de identificação de discrepâncias regionais.	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	5	R\$ 105,00	R\$ 200,00	R\$ 161,80	R\$ 40,20	24,8%	R\$ 160,00
		Angra dos Reis	14	R\$ 64,00	R\$ 188,00	R\$ 126,00	R\$ 30,31	24,1%	R\$ 126,00
		Rio Bonito	7	R\$ 100,00	R\$ 247,00	R\$ 181,00	R\$ 54,28	30,0%	R\$ 175,00
	Volta Redonda-Barra Mansa	Volta Redonda-Barra Mansa	14	R\$ 69,00	R\$ 190,00	R\$ 132,50	R\$ 41,14	31,0%	R\$ 129,00
		Resende	17	R\$ 82,00	R\$ 190,00	R\$ 143,35	R\$ 35,82	25,0%	R\$ 150,00
		Valença	9	R\$ 104,00	R\$ 190,00	R\$ 162,33	R\$ 25,16	15,5%	R\$ 170,00
	Petrópolis	Petrópolis	16	R\$ 95,00	R\$ 200,00	R\$ 160,38	R\$ 32,92	20,5%	R\$ 167,50
		Nova Friburgo	8	R\$ 142,00	R\$ 190,00	R\$ 170,63	R\$ 18,54	10,9%	R\$ 173,00
		Três Rios-Parabai do Sul	5	R\$ 75,00	R\$ 199,00	R\$ 142,60	R\$ 45,37	31,8%	R\$ 150,00
	Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	8	R\$ 70,00	R\$ 251,00	R\$ 151,25	R\$ 62,48	41,3%	R\$ 145,00
		Itaperuna	5	R\$ 90,00	R\$ 190,00	R\$ 158,40	R\$ 40,18	25,4%	R\$ 176,00
		Santo Antônio de Pádua	4	R\$ 75,00	R\$ 145,00	R\$ 98,75	R\$ 31,98	32,4%	R\$ 87,50
	Macaé-Rio das Ostras-Cabo Frio	Cabo Frio	39	R\$ 50,00	R\$ 194,00	R\$ 141,13	R\$ 29,62	21,0%	R\$ 145,00
Macaé-Rio das Ostras		17	R\$ 90,00	R\$ 190,00	R\$ 146,12	R\$ 30,07	20,6%	R\$ 140,00	
Utilizado para definição do preço médio	Global		168	R\$ 50,00	R\$ 251,00	R\$ 146,56	R\$ 37,49	25,6%	R\$ 150,00
*%CV > 25% - Indicação de conjunto de dados heterogêneo após verificação de outliers. Recomendável a utilização da Mediana como critério de definição do preço médio.									

B) Pesquisa de valores de uniforme:

B.1) Parâmetros Utilizados na Pesquisa de Preços:

B.1.1) Conforme estabelecido na IN SEGES/ME nº 73, de 2020, informo que o(s) valor(es) obtidos na presente Pesquisa de Preços é(ão) oriundo(s) da utilização do(s) seguinte(s) parâmetro(s) como fonte de pesquisa:

B.1.1.1) Painel de Preços (Art. 5º, Inciso I, do IN nº 73/2020) (SEI 4563720);

B.1.1.2) Os preços de uniformes obtidos no Painel de Preços foram restringidos às compras a partir de setembro/2021, além de filtros específicos e limitações de quantidade para cada peça informados na Planilha Levantamento Custos - Uniformes - 21/07/2022 (SEI 4563780), a fim de compatibilizar os valores obtidos;

B.1.1.2) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Art. 5º, Inciso III, do IN nº 73/2020) (SEI 4563725);

B.1.1.2.1) O detalhamento de informação de nome da empresa, endereço eletrônico e data de acesso se encontra presente na Planilha Levantamento Custos - Uniformes - 22/07/2022 (SEI 4563780);

B.2) Critérios de aceitabilidade dos valores pesquisados:

B.2.1) Verificada a alta variabilidade dos valores obtidos nas pesquisas de valores de uniforme, em atendimento ao § 3º, art. 6º da IN 73/2020 que prevê uma maior análise crítica nos casos em que houver grande variação entre os valores apresentados, utilizou-se primeiramente o gráfico de dispersão para identificar visualmente a presença de agrupamentos e de outliers nas amostras;

B.2.2) O gráfico de dispersão auxilia na verificação de presença de outliers na amostra e, para confirmação dos outliers, foi utilizado o Método de Tukey, que define os limites superior (LS = Q3 + 1,5 * IQR) e inferior (LI = Q1 - 1,5 * IQR) a partir da diferença interquartil (IQR), sendo considerados outliers os dados que estiverem fora desses limites. Nos termos da IN 73/2020, foram considerados valores inconsistentes / inaceitáveis os valores abaixo do limite inferior e excessivamente elevados os valores acima do limite superior;

B.2.3) Na maioria dos itens, mesmo após a verificação de outliers, observou-se % Coeficiente de Variação > 25%, o que indica conjunto de dados heterogêneo, portanto, foi adotada a Mediana como critério de definição do preço médio;

B.2.3) No caso dos preços das peças Sapato e Meia, a junção das peças femininas e masculinas resultaria em 02 grupos distintos de valores dada a grande diferença de média entre os grupos, prejudicando a identificação e a exclusão de outliers. Portanto, inicialmente foram levantados seus preços separadamente e, em seguida, foi realizada a análise de presença e a remoção de outliers. A média da peça masculina/feminina foi considerada a média entre a mediana da peça masculina e a mediana da peça feminina;

B.2.4) A análise dos dados se encontra na Planilha Levantamento Custos - Uniformes - 22/07/2022 (SEI 4563780);

B.3) Registra-se que a metodologia utilizada para apuração do custo unitário de cada item do uniforme foi a Mediana dos resultados obtidos em cada fonte pesquisada acima, com exceção das peças Sapato e Meia, onde se calculou a média da peça masculina/feminina como a média entre a mediana da peça masculina e a mediana da peça feminina.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO									
PESQUISA DE PREÇO DE UNIFORMES (Período de Verificação: 20/07/2022 a 22/07/2022)									
ITEM	UNIFORME	FONTE DE CONSULTA	Quantidade de preços	Quantidade semestral	Quantidade anual	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	%CV	MÉTODO	V. TOTAL
1	Camisa social masculina ou feminina. Material: Tricoline; Cor: Branca; Modelo: Social; Manga: Curta; Características adicionais: Abotoamento frontal, com bolso na lateral superior esquerda contendo a identificação da contratada	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	20	4	8	R\$ 81,99	26,4%	Mediana	R\$ 655,92
2	Camisa polo masculina ou feminina. Material: Algodão; Cor: Cinza claro; Características adicionais: Bolso na lateral superior esquerda contendo a identificação da contratada	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	66	6	12	R\$ 46,45	37,4%	Mediana	R\$ 557,34
3	Calça social masculina ou feminina. Material: Oxford; Cor: Preta; Modelo: Social; Características adicionais: Com bolso	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	19	4	8	R\$ 84,25	33,4%	Mediana	R\$ 674,00
4	Calça jeans masculina ou feminina. Material: Algodão; Cor: Azul escuro; Modelo: Tradicional; Características adicionais: Com bolso	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	13	4	8	R\$ 84,01	27,8%	Mediana	R\$ 672,08
5	Casaco masculino ou feminino. Material: Moletom; Cor: Preta; Características adicionais: Aberto, com zíper e capuz	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	17	2	4	R\$ 103,30	24,0%	Mediana	R\$ 413,20
6	Par de sapato social ou sapatênis masculino ou feminino. Material: Couro; Cor: Preta; Modelo: Social, Oxford ou Casual; Características adicionais: Com cadarço, solado emborrachado e sem salto, que se firme nos pés e que não comprometa a utilização dos pedais, em atenção ao inc. IV, art. 252 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (CTB)	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	63	4	8	R\$ 114,95	-	Média das Medianas de Sapato M e Sapato F	R\$ 919,60
7	Cinto com fivela. Material: Couro; Cor: Preta; Modelo: Social	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	28	4	8	R\$ 30,00	54,6%	Mediana	R\$ 240,00
8	Par de meia social masculina ou feminina. Material: Algodão ou combinações com Poliamida; Cor: Preta; Modelo: Social; Cano: Longo ou 3/4	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	29	8	16	R\$ 15,39	-	Média das Medianas de Meia M e Meia F	R\$ 246,24
9	Crachá de identificação. Material: PVC	PAINEL DE PREÇOS / SÍTIOS ELETRÔNICOS DE DOMÍNIO AMPLO	32	2	4	R\$ 15,05	47,1%	Mediana	R\$ 60,20
TOTAL									R\$ 4.438,58

C) Pesquisa de valores de seguro de vida:

C.1) Parâmetros Utilizados na Pesquisa de Preços:

C.1.1) Conforme estabelecido na IN SEGES/ME nº 73, de 2020, informo que o(s) valor(es) obtidos na presente Pesquisa de Preços é(ão) oriundo(s) da utilização do(s) seguinte(s) parâmetro(s) como fonte de pesquisa:

C.1.1.1) Painel de Preços (Art. 5º, Inciso I, do IN nº 73/2020) e Contratações similares de outros entes públicos (Art. 5º, Inciso II, do IN nº 73/2020) (SEI 4607853/4607854/4613337);

C.1.1.1.1) As compras públicas obtidas no Painel de Preços foram restringidas por homologação / ratificação a partir de agosto/2021 e foram utilizados filtros de CATSER 15008 (Prestação de Serviços de Motorista); Localidade: Rio de Janeiro;

C.1.1.1.2) Também foram levantados os pregões eletrônicos mais recentes realizados por Órgãos Públicos presentes no Compras.gov.br (Edital - http://comprasnet.gov.br/ConsultLicitacoes/Consultacao_texto.asp; Ata de Pregão - http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata0.asp) para o serviço 15008 - Prestação de Serviços de Motorista no Estado do Rio de Janeiro, e não incluídos na consulta ao Painel de Preços, uma vez que o banco de dados do Painel de Preços era de 11/07/2022;

C.1.1.1.4) Para complementar informações de Dispesas de Licitação, foram consultados a Consulta Resultado de Licitação (http://comprasnet.gov.br/livre/Resultado/conrelit00.asp), o Portal da Transparência (https://www.transparencia.gov.br/), SEI Pesquisa Pública do IPHAN (http://sei.iph.gov.br/pesquisapublica), SEI Pesquisa Pública da UFRJ (http://sei.ufrj.br/pesquisa) e página de Licitações e Contratos do Instituto Benjamin Constant (https://www.gov.br/bc/pt-br/acao=informacao/licitacao-e-contratos);

C.1.1.1.5) Foram excluídos os pregões abandonados, os itens cancelados, os revogados, as despesas de licitação com contrato revogado, os de localidade de execução do serviço diferente do município do Rio de Janeiro, com ausência de planilha de formação de preço e as planilhas que não apresentavam previsão do valor de seguro de vida obrigatório.

C.2) Critérios de aceitabilidade dos valores pesquisados:

- C.2.1) Observa-se que dos 04 contratos para a categoria MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO (Pregão 25/2021 - UASG 153115; Pregão 02/2021 - UASG 130063; Pregão 05/2022 - UASG 399088; Dispensa de Licitação 09/2022 - UASG 343006), nenhum possui previsão do valor do seguro de vida;
- C.2.2) Por similaridade, foram incluídos os demais contratos de categoria de motorista de caminhão e de coletivo que possuam o valor do seguro de vida (Pregão 27/2021 - UASG 254462; Pregão 39/2021 - UASG 153010; Pregão 03/2021 - UASG 15484; Pregão 26/2022 - UASG 153115);
- C.2.3) Foi utilizado o Método de Tukey, que define os limites superior (LS = Q3 + 1,5 * IQR) e inferior (LI = Q1 - 1,5 * IQR) a partir da diferença interquartil (IQR), sendo considerados outliers os dados que estiverem fora desses limites. Nos termos da IN 73/2020, foram considerados valores inconsistentes / inaceitáveis os valores abaixo do limite inferior e excessivamente elevados os valores acima do limite superior;
- C.2.4) Verificação do Coeficiente de Variação superior a 25% após a verificação de outliers, há indicativo de conjunto de dados heterogêneos e, portanto, é recomendável a utilização da Mediana como critério de definição do valor médio;
- C.2.5) A análise dos dados se encontra na Planilha Análise Contrat siml outros ent públ - 02/08/2022 (SEI 4625802) - Aba "Análise Seguro de Vida".
- C.3) Registra-se que a metodologia utilizada para apuração do custo unitário de seguro de vida foi a Mediana dos resultados obtidos em cada fonte pesquisada acima.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO									
PESQUISA DE CUSTO DE SEGURO DE VIDA - Pregões Homologados e Dispensas de Licitação Ratificadas Vigentes - (Período de Verificação: 01 a 02/08/2022) - Fonte de Consulta: Painel de Preços e Compras Governamentais									
Data do prego / Dispensa	Pregão / Dispensa	UASG	Localidade	Data da Homologação / Ratificação	Empresa vencedora do item	CCT utilizada para cálculo de benefícios	Sindicato Empregador	Sindicato Trabalhador	Valor do Seguro de Vida, Invalidiz e Funeral na Planilha de Custos
20/12/2021	Pregão 27/2021	254462	Rio de Janeiro	21/02/2022	MEDVITALIS SERVICOS LTDA	R0001591/2021	SINDICATO DAS EMPRESAS DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS E LOGISTICA DO RIO DE JANEIRO (33.822.05/0000-25)	SIND DOS TRAB EM EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAG URB, INTERMUN, INTEREST, FRETAM, TURISMO, ESC, CARGAS, LOG E DIFER DO MUN DO RJ - SINTRUCAU-RIO (10.635.706/0001-83)	R\$ 20,98
20/12/2021	Pregão 39/2021	153010	Rio de Janeiro	18/02/2022	LEGAL SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	R0001507/2021	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (29.212.925/0001-88)	SIND DOS TRAB EM EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAG URB, INTERMUN, INTEREST, FRETAM, TURISMO, ESC, CARGAS, LOG E DIFER DO MUN DO RJ - SINTRUCAU-RIO (10.635.706/0001-83)	R\$ 13,00
17/12/2021	Pregão 03/2021	158484	Rio de Janeiro	15/02/2022	MULTIUMP SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	R0001507/2021	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (29.212.925/0001-88)	SIND DOS TRAB EM EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAG URB, INTERMUN, INTEREST, FRETAM, TURISMO, ESC, CARGAS, LOG E DIFER DO MUN DO RJ - SINTRUCAU-RIO (10.635.706/0001-83)	R\$ 8,50
27/6/2022	Pregão 26/2022	153115	Rio de Janeiro	22/07/2022	LINCE - SEGURANCA ELETRONICA LTDA	R0001507/2021	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (29.212.925/0001-88)	SIND DOS TRAB EM EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAG URB, INTERMUN, INTEREST, FRETAM, TURISMO, ESC, CARGAS, LOG E DIFER DO MUN DO RJ - SINTRUCAU-RIO (10.635.706/0001-83)	R\$ 5,00
Média									R\$ 11,87
Desvio-Padrão									R\$ 6,90
CV									58%
Mediana									R\$ 10,75
1º Q									R\$ 7,63
3º Q									R\$ 15,00
FQ									R\$ 7,27
1,5 * FQ									R\$ 11,06
LI (1º Q - 1,5 * FQ)									-R\$ 3,43
LS (3º Q + 1,5 * FQ)									R\$ 26,05
Sem outliers na amostra									
% Coeficiente de Variação > 25% - Indicação de conjunto de dados heterogêneo após verificação de outliers. Recomendável a utilização da Mediana como critério de definição do valor médio.									

D) Pesquisa de valores de diárias:

D.1) Parâmetros Utilizados na Pesquisa de Preços:

- D.1.1) Conforme estabelecido na IN SEGES/ME nº 73, de 2020, informo que o(s) valor(es) obtidos na presente Pesquisa de Preços é(ão) oriundo(s) da utilização do(s) seguinte(s) parâmetro(s) como fonte de pesquisa:
- D.1.1.1) Painel de Preços (Art. 5º, Inciso I, do IN nº 73/2020) e Contratações similares de outros entes públicos (Art. 5º, Inciso II, da IN nº 73/2020) (SEI 4607853/4607854/4613337);
- D.1.1.2) As compras públicas obtidas no Painel de Preços foram restringidas por homologação / ratificação a partir de agosto/2021 e foram utilizados filtros de CATSER 15008 (Prestação de Serviços de Motorista); Localidade: Rio de Janeiro;
- D.1.1.3) Também foram levantados os pregões eletrônicos mais recentes realizados por Órgãos Públicos presentes no Compras.gov.br (Edital - http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/Consultacao_texto.asp; Ata de Pregão - <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata0.asp>) para o serviço 15008 - Prestação de Serviços de Motorista no Estado do Rio de Janeiro, e não incluídos na consulta ao Painel de Preços, uma vez que o banco de dados do Painel de Preços era de 11/07/2022;
- D.1.1.4) Para complementar informações de Dispensas de Licitação, foram consultados a Consulta Resultado de Licitação (<http://comprasnet.gov.br/livre/ResultadoConrelit000.asp>), o Portal da Transparência (<https://www.transparencia.gov.br/>), SEI Pesquisa Pública do IPHAN (<http://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>), SEI Pesquisa Pública da UFRJ (<https://sei.ufrj.br/pesquisa>) e página de Licitações e Contratos do Instituto Benjamin Constant (<https://www.gov.br/bc/pt-br/acao-a-informacao/licitacao-e-contratos>);
- D.1.1.5) Foram excluídos os pregões abandonados, os itens cancelados, os revogados, as dispensas de licitação com contrato revogado, os de localidade de execução do serviço diferente do município do Rio de Janeiro, com ausência de planilha de formação de preço e as planilhas que não apresentavam previsão do valor de diárias.

D.2) Critérios de aceitabilidade dos valores pesquisados:

- D.2.1) Observa-se que dos 04 contratos para a categoria MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO (Pregão 25/2021 - UASG 153115; Pregão 02/2021 - UASG 130063; Pregão 05/2022 - UASG 399088; Dispensa de Licitação 09/2022 - UASG 343006), apenas 02 possuem previsão de pagamento de diárias aos motoristas (Pregão 02/2021 - UASG 130063; Dispensa de Licitação 09/2022 - UASG 343006);
- D.2.2) Por similaridade, foram incluídos os demais contratos de categoria de motorista de caminhão e de coletivo que possuam previsão de pernoite (Pregão 27/2021 - UASG 254462; Pregão 39/2021 - UASG 153010; Pregão 03/2021 - UASG 15484; Pregão 26/2022 - UASG 153115);
- D.2.3) No Pregão 02/2021 - UASG 130063, não foi possível identificar o memorial do cálculo do valor de R\$ 62,12, sendo que a primeira proposta da empresa havia sido de R\$ 123,50;
- D.2.4) Foi utilizado o Método de Tukey, que define os limites superior (LS = Q3 + 1,5 * IQR) e inferior (LI = Q1 - 1,5 * IQR) a partir da diferença interquartil (IQR), sendo considerados outliers os dados que estiverem fora desses limites. Nos termos da IN 73/2020, foram considerados valores inconsistentes / inaceitáveis os valores abaixo do limite inferior e excessivamente elevados os valores acima do limite superior;
- D.2.5) Verificado o Coeficiente de Variação superior a 25% após a verificação de outliers, há indicativo de conjunto de dados heterogêneos e, portanto, é recomendável a utilização da Mediana como critério de definição do valor médio;
- D.2.6) A análise dos dados se encontra na Planilha Análise Contrat siml outros ent públ - 03/08/2022 (SEI 4625802) - Aba "Análise Diárias".
- D.3) Registra-se que a metodologia utilizada para apuração do custo unitário de diárias foi a Mediana dos resultados obtidos em cada fonte pesquisada acima.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO									
PESQUISA DE PREÇO DAS DIÁRIAS DE MOTORISTA - Pregões Homologados e Dispensas de Licitação Ratificadas Vigentes - (Período de Verificação: 01 a 02/08/2022) - Fonte de Consulta: Painel de Preços e Compras Governamentais									
Data do prego / Dispensa	Pregão / Dispensa	UASG	Localidade	Data da Homologação / Ratificação	Empresa vencedora do item	Valor da Diária com Custo Indireto e Lucro	Observações	Equivalente Mensal de 18 diárias	Equivalente Anual de 216 diárias
02/12/2021	Pregão 02/2021	130063	Rio de Janeiro	08/12/2021	INNOVA AIR SERVICOS TÉCNICOS	R\$ 60,12	Sem memorial de cálculo do valor. Edital - S.B.12. O faturamento das diárias deverá ser feito separado do faturamento dos serviços, pois, sobre seu valor não incidirão impostos ou taxas, tratando-se de simples repasse do MAPA para a Contratada;	R\$ 1.082,36	R\$ 12.985,92
20/12/2021	Pregão 27/2021	254462	Rio de Janeiro	21/02/2022	MEDVITALIS SERVICOS LTDA	R\$ 198,33	Menor custo unitário de diária (R\$ 177,00) - Decreto nº 5.992/2006 - acrescido de custo indireto, lucro e tributos: R\$ 198,33. CI = 1,35%; PIS = 0,65%; COFINS = 3,00%; ISSQN = 5,00%	R\$ 3.569,94	R\$ 42.839,28
20/12/2021	Pregão 39/2021	153010	Rio de Janeiro	18/02/2022	LEGAL SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	R\$ 72,60	Sem memorial de cálculo do valor na planilha da empresa. Verifica-se que a empresa utilizou o valor apresentado no item 3.1 do Edital (" - ESTIMATIVA DE DIÁRIAS/MÊS - PAGAMENTO APFINAS NA OCORRÊNCIA DO FAITO GERADOR - NÃO SERÁ OBJETO DE LANCAMENTO/RELIQUID. Este valor visa onerar eventuais solicitações de emergências que extrapolem a demanda ordinária do colaborador).	R\$ 1.306,80	R\$ 15.681,60
17/12/2021	Pregão 03/2021	158484	Rio de Janeiro	15/02/2022	MULTIUMP SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	R\$ 65,90	CI = 1,00%; Lucro = 1,00%; Tributos = 8,65% (Valor referencial da convenção coletiva da categoria (R0001507/2021))	R\$ 1.186,20	R\$ 14.234,40
27/6/2022	Pregão 26/2022	153115	Rio de Janeiro	22/07/2022	LINCE - SEGURANCA ELETRONICA LTDA	R\$ 138,30	INDENIZAÇÃO DE DESPESAS COM VIAGENS - Qtd estimada - valor da indenização fixado pela administração. CI = 3,15%; Lucro = 0,00% (Não colocado na planilha do Edital); PIS = 1,27%; COFINS = 5,83% e ISS = 5%. TR 5.1.12.5: "Valores estes onde ainda incidirão: Custos Indiretos, ISS, PIS e COFINS e que deverá ser demonstrado na planilha de custos anexa ao edital".	R\$ 2.489,40	R\$ 29.873,80
25/02/2022	Dispensa de Licitação 09/2022	343006	Rio de Janeiro	25/02/2022	IGUALITE SERVICOS TECNICOS EIRELI	R\$ 96,88	Cálculo de R\$ 1453,20/ (6*3) - Contrato nº 02/2022, cláusula 3.1 e TR 8.1.12 - 3 motoristas e 5x por mês. Sem CI, Lucro e Tributos.	R\$ 1.743,84	R\$ 20.926,08
Média						R\$ 105,36		R\$ 1.896,39	R\$ 22.756,68
Desvio-Padrão						R\$ 53,81		R\$ 968,57	R\$ 11.622,86
CV						51%			53%
Mediana						R\$ 84,74		R\$ 1.525,32	R\$ 18.303,84
1º Q						R\$ 67,58		R\$ 1.216,35	R\$ 14.596,20
3º Q						R\$ 127,95		R\$ 2.303,01	R\$ 27.636,12
FQ						R\$ 60,37		R\$ 1.286,66	R\$ 15.039,92
1,5 * FQ						R\$ 90,56		R\$ 1.629,99	R\$ 19.559,88
LI (1º Q - 1,5 * FQ)						-R\$ 22,98		-R\$ 413,64	-R\$ 4.963,68
LS (3º Q + 1,5 * FQ)						R\$ 218,50		R\$ 3.933,00	R\$ 47.196,00
Sem outliers na amostra									
Sem outliers na amostra									

D.4) Considerações importantes:

- D.4.1) Observa-se diferentes entendimentos para a formação de preços de diárias. O Pregão 02/2021 - UASG 13063, a Dispensa de Licitação 09/2022 - UASG 343006 e aparentemente o Pregão 39/2021 - UASG 153010 não consideram a incidência de CI, Lucro e Tributos na formação do preço. Enquanto isso, o Pregão 26/2022 - UASG 153115 não considera o Lucro na formação do preço. O Pregão 27/2021 - UASG 254462 definiu seu preço sobre os valores do Decreto nº 5.992/2006 à época (R\$ 177,00), com incidência de CI, Lucro e Tributos. O Pregão 03/2021 - UASG 158484 considera incidência de CI, Lucro e Tributos e seu valor se encontra vinculado à Convenção Coletiva da Categoria;
- D.4.2) Devido às características do mercado de utilização de CCTs diversas para a contratação do objeto, com valores de diárias diferentes, CCTs utilizadas nas contratações levantadas já estarem com vigência expirada, os diferentes entendimentos da incidência de CI, Lucro e Tributos, a possibilidade de propostas com diferentes percentuais de custos indiretos, lucro e tributos, a flexão do valor de pernoite na presente contratação em R\$ 150,00, obtida através de pesquisa de mercado (A), nos termos dos Itens 4.20 do ETP, apresenta-se mais adequada, para fins de definição do valor de estimativa de preço referencial, a utilização da planilha de custos e formação de preço, nos termos do Item 2.9.b.1 do Anexo V da IN 5/2017;

2.9 Estimativa de preços e preços referenciais:

(...)

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da planilha deve contemplar o valor máximo global e mental estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1, por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser mentalmente dispensada aquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessária o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados; (Anexo V - IN 5/2017)

E) Pesquisa de valores de contratos de motorista:

E.1) Parâmetros Utilizados na Pesquisa de Preços:

- E.1.1) Conforme estabelecido na IN SEGES/ME nº 73, de 2020, informo que o(s) valor(es) obtidos na presente Pesquisa de Preços é(ão) oriundo(s) da utilização do(s) seguinte(s) parâmetro(s) como fonte de pesquisa:
- E.1.1.1) Painel de Preços (Art. 5º, Inciso I, do IN nº 73/2020) e Contratações similares de outros entes públicos (Art. 5º, Inciso II, da IN nº 73/2020) (SEI 4607853/4607854/4613337);
- E.1.1.2) As compras públicas obtidas no Painel de Preços foram restringidas por homologação / ratificação a partir de agosto/2021 e foram utilizados filtros de CATSER 15008 (Prestação de Serviços de Motorista); Localidade: Rio de Janeiro;
- E.1.1.3) Também foram levantados os pregões eletrônicos mais recentes realizados por Órgãos Públicos presentes no Compras.gov.br (Edital - http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/Consultacao_texto.asp; Ata de Pregão - <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata0.asp>) para o serviço 15008 - Prestação de Serviços de Motorista no Estado do Rio de Janeiro, e não incluídos na consulta ao Painel de Preços, uma vez que o banco de dados do Painel de Preços era de 11/07/2022;
- E.1.1.4) Para complementar informações de Dispensas de Licitação, foram consultados a Consulta Resultado de Licitação (<http://comprasnet.gov.br/livre/ResultadoConrelit000.asp>), o Portal da Transparência (<https://www.transparencia.gov.br/>), SEI Pesquisa Pública do IPHAN (<http://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>), SEI Pesquisa Pública da UFRJ (<https://sei.ufrj.br/pesquisa>) e página de Licitações e Contratos do Instituto Benjamin Constant (<https://www.gov.br/bc/pt-br/acao-a-informacao/licitacao-e-contratos>);
- E.1.1.5) Foram excluídos os pregões abandonados, os itens cancelados, os revogados, as dispensas de licitação com contrato revogado, os de localidade de execução do serviço diferente do município do Rio de Janeiro e com ausência de planilha de formação de preço.

E.2) Critérios de aceitabilidade dos valores pesquisados:

- E.2.1) Foram verificadas as contratações para a categoria MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO;
- E.2.2) Uma vez que o %CV foi inferior a 25%, há indicativo de conjunto de dados homogêneos e, portanto, não foi utilizado o Método de Tukey, que define os limites superior (LS = Q3 + 1,5 * IQR) e inferior (LI = Q1 - 1,5 * IQR) a partir da diferença interquartil (IQR), sendo considerados outliers os dados que estiverem fora desses limites para identificação de valores inconsistentes / inaceitáveis os valores abaixo do limite inferior e excessivamente elevados os valores acima do limite superior, nos termos da IN 73/2020;
- E.2.3) A análise dos dados se encontra na Planilha Análise Contrat siml outros ent públ - 03/08/2022 (SEI 4625802) - Aba "Análise Contratos".
- E.3) Registra-se que a metodologia utilizada para apuração do custo unitário de contrato de motorista foi a Média dos resultados obtidos em cada fonte pesquisada acima.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO																										
PESQUISA DE PREÇO DO SERVIÇO DE MOTORISTA - Pregões Homologados e Dispensas de Licitação Ratificadas Vigentes - (Período de Verificação: 01 a 02/08/2022) - Fonte de Consulta: Painel de Preços e Compras Governamentais																										
Data do prego / Dispensa	Pregão / Dispensa	UASG	Localidade	Data da Homologação / Ratificação	Empresa vencedora do item	CCT utilizada para cálculo de benefícios	Sindicato Empregador	Sindicato Trabalhador	Observações	Salário previsto na Planilha de Preços	Valor Total Mensal por Empregado	Quantidade de Empregados	Valor Mensal do Serviço	Equivalente Mensal para 02 Empregados	Equivalente Anual para 02 Empregados	Valor-transporte	Custos Indiretos	Lucro	Tributos	PIS	COFINS	ISS	Regime Tributário	BDI	CTL	API
1/12/2021	Pregão 25/2021	153115	Rio de Janeiro	13/01/2022	ASTER SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	R0001507/2021	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (29.212.925/0001-88)	SIND DOS TRAB EM EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAG URB, INTERMUN, INTEREST, FRETAM, TURISMO, ESC, CARGAS, LOG E DIFER DO MUN DO RJ	Categoria: MOTORISTA DE CARRO DE PASSAGEIO - ATÉ 7 PASSAGEIROS	R\$ 1.234,39	R\$ 3.034,77	3	R\$ 9.104,31	R\$ 6.069,54	R\$ 72.834,48	R\$ 4,05	7,35%	7,35%	8,65%	0,65%	3,00%	5,00%	Lucro Presumido	26,15%	27,80%	0,03%



Documento assinado eletronicamente por **Newton Takeshi Okuno, Analista Administrativo** (art. 1º da Lei 11.046/2004), em 16/08/2022, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **4755895** e o código CRC **53C43F88**.

Referência: Processo nº 48054.000514/2021-80

SEI nº 4755895

Criado por [newton.okuno](#), versão 11 por [newton.okuno](#) em 16/08/2022 14:15:53.